

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO - ARTES VISUAIS
TERMINALIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL



DANIELA VIEIRA GOULARTE

FRICHES INDUSTRIAL PELOTENSES, CONHECER PARA PRESERVAR
O Caso da Laneira Brasileira S.A.

PELOTAS, RS, BRASIL

2014

DANIELA VIEIRA GOULARTE

FRICHES INDUSTRIAIS PELOTENSES, CONHECER PARA PRESERVAR
O Caso da Laneira Brasileira S.A.

Trabalho apresentado ao Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para obtenção do grau de especialista em Artes Visuais- Patrimônio Cultural.

Orientação: Prof^aDr^a Ana Lúcia Costa de Oliveira

PELOTAS, RS, BRASIL

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

ProfªDrª Ana Lúcia Costa de Oliveira

ProfªDrª Aline Montagna da Silveira

ProfªDrª Larissa Patron Chaves

Pelotas, RS, _____ de 2014

**Dedico aos meus pais, pelo amor demonstrado através da paciência, com
relação ao amadurecimento deste e de outros projetos (de vida).**

Agradeço:

Ao meu amigo Guilherme Rodrigues Bruno, pelo incentivo no momento mais difícil.

Aos colegas Cleidi Victoria Pinto e Tiago Moraes, pela possibilidade de execução e conclusão deste propósito.

À minha querida orientadora, Ana Ó, pela dedicação e compreensão.

Ao professor Carlos Alberto Ávila Santos, pela aceitação das minhas limitações desde o início até o término do curso.

**“Só lutamos por aquilo que amamos, só amamos aquilo que respeitamos
e só respeitamos aquilo que conhecemos.”**

—Adolf Hitler

RESUMO

Este trabalho de pesquisa analisa o caso da Laneira Brasileira S.A., antiga fábrica de Lã, que faz parte de um patrimônio formado por um conjunto de prédios industriais construídos em fins do século XIX e meados do século XX na cidade de Pelotas/RS, que assim como ela, encontram-se desativados ou abandonados, em estado de degradação ou ruínas, com maquinários e equipamentos corroídos pelo tempo. Esse conjunto contem os resíduos materiais resultantes do processo de desindustrialização na cidade, caracterizando-se como *Friches Industriais*, as quais podem ser consideradas como vestígios do Patrimônio Industrial Pelotense. O objetivo desse estudo é *Conhecer* o Patrimônio Industrial de Pelotas, e o caso específico da Laneira Brasileira S.A. para *Preservar* através de propostas de gestão e de intervenção. Para *Conhecer*, o trabalho baseou-se em pesquisas bibliográficas, documental e oral. Para *Preservar*, baseou-se nas recomendações da Carta Patrimonial de Nizhny Tagil, nos teóricos do restauro, e em dois projetos de pesquisa que possuem temáticas afins com este, um deles propõe o inventário do patrimônio industrial rural e urbano, e o outro propõe o inventário de imóveis urbanos ociosos, ambos em Pelotas.

Palavras-chave: Laneira Brasileira S.A.; *Friches Industriais*; Patrimônio Industrial; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This research analyzes the case of LaneiraBrasileira SA, former factory of wool, which is part of an estate consisting of a set of industrial buildings built in the late nineteenth and mid-twentieth century in the city of Pelotas / RS, so like her, are disabled or abandoned, in a state of degradation or destruction to machinery and equipment corroded by time. This set contains waste materials resulting from de-industrialization in the city, characterized as Industrial Friche, which can be considered as traces of Pelotense Industrial Heritage. The aim of this study is to know the Industrial Heritage of Pelotas, and the specific case of LaneiraBrasileira SA to Preserve in proposals for management and intervention. To know the work was based on bibliographical, documentary and oral research. To Preserve, was based on the recommendations of the Equity Letter of Nizhny Tagil, the theoretical restoration, and two research projects that have themes related with this, one proposes an inventory of rural and urban industrial heritage, and the other proposes inventory of idle urban property, both in Pelotas.

Keywords: Brazilian Laneira S.A.; Industrial Friche; Industrial Heritage; Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - 1822, com indicação das regiões norte e sul, e localização da Freguesia de São Francisco de Paula.....	27
Figura 2: F.C. Lang S.A. Pelotas. RS. Ilustração de 1912 apresentando etapas do empreendimento.....	29
Figura 3: Cervejaria Sul Rio-Grandense. Pelotas. RS.....	30
Figura 4: Fiação e Tecidos. Pelotas. RS.....	31
Figura 5: Frigorífico Anglo S.A. Pelotas. RS.....	32
Figura 6: Construção da rede de esgotos em 1913.....	32
Figura 7: Bonde com estação ferroviária ao fundo. Pelotas. RS.....	33
Figura 8: Trilhos de bonde elétrico na zona do porto.....	33
Figura 9: Vista parcial da fachada (LBSA. F.A. 2026).....	34
Figura 10: Buda Marly Carcoke -Bélgica, Brabante Flamengo, Bruxelas (Willebriek-Canal) Coqueria. Parcialmente demolido. Foto: Erwin Heeren...	40
Figura 11: A Catedral Industrial abandonada – Estação de Saint Pierre desCorps, França.....	41
Figura 12: Friche Industrielle L'usine Safea, Bélgica - Válvulas de porta, polia de um guindaste e diferentes oficinas de fundo. Foto: Pierre Muller.....	41
Figura 13: Antigo setor administrativo – Laneira Brasileira S.A. Ação de agentes biológicos e acúmulo de umidade devido à ausência de cobertura. Foto: Autor/2013.....	54
Figura 14: Antiga “praia de lavanderia” – Laneira Brasileira S.A. Desprendimento do revestimento do piso devido à umidade proveniente das falhas na cobertura. Foto: Autor/2013.....	55
Figura 15: Pátio interno – Laneira Brasileira S.A. Destrução da cobertura e das tubulações de coleta pluvial, e desgaste das argamassas de revestimento. Vista a partir do buraco na parede. Foto: Autor/2013.....	56
Figura 16: Antigo setor de fiação – Laneira Brasileira S.A. Infiltração e acúmulo de umidade, ação de agentes biológicos, destruição do forro, e resto de material da fábrica. Foto: Autor/2013.....	57
Figura 17: Antigo setor de caldeiras – Laneira Brasileira S.A. Destrução das estruturas de apoio do reservatório de água quente e estruturas de piso. Ação de agentes químicos e biológicos, e acúmulo de umidade. Foto: Autor/2013.....	58
Figura 18: Pátio dos fundos – Laneira Brasileira S.A. Vidraças quebradas permitindo a entrada de umidade no interior do prédio. Falta de manutenção geral do prédio. Foto: Autor/2013.....	59

Figura 19: Mapa Levantamento Fotográfico – Laneira Brasileira S.A.....	60
Figura 20: Planta Baixa do Pavimento Térreo da Laneira Brasileira S.A. com a trajetória do percurso da lã no interior da fábrica. Legenda com identificação e explicação das atividades.....	63
Figura 21: Planta Baixa do sub-solo da Laneira Brasileira S.A. com a trajetória do percurso da lã no interior da fábrica. Legenda com identificação e explicação das atividades.....	65
Figura 22: Vista do depósito de lã inferior, onde se encontra a tubulação que conduz a lã do subsolo até o outro prédio.....	66
Figura 23: Vista do subsolo, onde se encontra o início da tubulação de transporte da lã.....	66
Figura 24: Planta Baixa do Pavimento Superior da Laneira Brasileira S.A. com a trajetória do percurso da lã no interior da fábrica. Legenda com identificação e explicação das atividades.....	67
Figura 25: Máquina de cardagem.....	68
Figura 26: Maquinário de Tops.....	68
Figura 27: Delimitação da área estudada no projeto OcioSidade.....	74
Figura 28: Enquadramento de conjunto – Frigorífico ANGLO. Relação entre espaço interior e seu maquinário Foto:Paulo Momento/2005.....	78
Figura 29: Enquadramento de detalhe - Frigorífico ANGLO. Relação entre espaço interior e seu maquinário. Foto:Paulo Momento/2005.....	79
Figura 30: Frigorífico ANGLO – ambiente externo. Demolição do maquinário após reforma do prédio. Foto: Paulo Momento/2009.....	79

LISTA DE ANEXOS

Decreto Nº 5.685, de 08 de novembro de 2013.....	88
Foto aérea da situação da Laneira Brasileira S.A.....	90
Carta Patrimonial de Nizhny Tagil.....	91

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Planta de análise comparativa da cronologia das edificações.....106

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAPÍTULO I: CONHECER.....	19
2.1. O Patrimônio Industrial	19
2.1.1 Sistema de Preservação Patrimonial.....	19
2.1.2 Ocupação Territorial e o Processo de Industrialização - O Patrimônio Industrial de Pelotas	26
2.1.3 Políticas e instrumentos de preservação locais.....	35
2.1.4 <i>Friches Industrielles</i> e as tendências de usos	39
2.1.5 Valores e teorias do restauro	46
2.2. A Laneira Brasileira S.A.....	52
2.2.1 A Laneira Hoje – <i>Friche</i> Industrial Pelotense	53
2.2.2 A Laneira Ontem – A Fábrica de Lã	61
2.2.3. A Laneira Amanhã – Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas.....	69
3. CAPÍTULO II: PRESERVAR	72
3.1. Proposta de Gestão.....	72
3.2. Proposta de Intervenção.....	76
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
6. ANEXOS.....	87
7. APÊNDICE.....	104

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa surgiu a partir da percepção sobre a existência de vários espaços arruinados, inseridos na malha urbana da cidade de Pelotas/RS, que se configuram em vazios urbanos em estado de abandono, com edifícios degradados ou em ruínas, e equipamentos corroídos pelo tempo, indicando a existência de antigos espaços industriais.

Num primeiro momento o foco no tema se desenvolveu através do caráter social, sustentável e coletivo, considerando que espaços como esses propiciam o desenvolvimento de invasões e vandalismos, gerando sensação de insegurança para a população e descaso com a cidade. Além disso, esses lugares se encontram em zonas urbanas privilegiadas, dispondo de valorizada localização e infraestrutura, sem dar retorno às funções sociais desenvolvidas na cidade, caracterizando a situação de subutilização dos imóveis.

Situações como esta podem ser consideradas ilegais, já que o Estatuto da Cidade, Lei federal nº 10.257/01, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Nesse momento o objeto de estudo caracterizou-se como um conjunto de prédios abandonados com potencial para reutilização, e cuja reinserção no contexto atual da cidade exigia novas ações de planejamento urbano e políticas de preservação.

Durante a busca por mais conhecimento sobre o objeto, descobriu-se o conceito de *Friches Industrielles*, terminologia francesa utilizada por pesquisadores, inclusive brasileiros, para se referir aos antigos espaços industriais que contêm vestígios materiais do processo de desindustrialização. Paralelamente à descoberta desse novo conceito, dois novos fatos foram observados: o início de uma tendência das instituições de ensino como a Universidade Federal de Pelotas – UFPel e o Instituto Federal Sul-riograndense - IF-SUL, à compra de prédios industriais desativados e o desenvolvimentos de projetos para sua imediata reutilização; e a identificação de que o objeto da pesquisa enquadra-se na categoria de patrimônio industrial, amparado pela

Carta Patrimonial¹ de Nizhny Tagil², considerada recente em relação às práticas de preservação do patrimônio cultural.

Analizando algumas intervenções já realizadas para adaptação dos antigos prédios industriais aos novos usos institucionais, verificou-se que as mesmas não atendem às recomendações feitas pela referida Carta Patrimonial. Alguns elementos característicos da estética industrial e maquinários considerados parte integrante do patrimônio industrial se perderam durante as reformas dos prédios. Como não existia na cidade, até o início dessa tendência, uma cultura de preservação deste tipo específico de patrimônio, essa demanda surge diante das atuais reformas e ocupação desses prédios.

Considerando que novos projetos encontram-se em desenvolvimento e deverão ser executados em breve em outros prédios industriais, surge a necessidade imediata de criação de políticas locais para garantir a preservação do patrimônio industrial da cidade, o qual foi significativo tanto para a consolidação urbana de Pelotas, quanto para o desenvolvimento econômico e social da cidade e da região. A partir de então, o foco no tema da pesquisa adquiriu um caráter histórico e preservacionista, e o objeto passou de coletivo para individual, optando-se pela escolha de um único exemplar do conjunto.

A escolha do exemplar foi de um extremo ao outro. Inicialmente a proposta era analisar o caso da antiga Fábrica de Papel, designada como Cia. Indústria Linheiras S/A. – Fábrica Loreia³, localizada na Rua Uruguai, Nº 767, fundada em 1939, cujo motivo da escolha era evitar o completo desaparecimento de seus vestígios industriais, já que o complexo encontrava-

¹ As Cartas Patrimoniais são documentos, cartas, recomendações, referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural, elaborados em encontros internacionais, em diferentes épocas e partes do mundo.

² A Carta Patrimonial de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial teve seu texto aprovado em 17 de julho de 2003, na Rússia, durante a Conferência do TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial).

³ Esta fábrica nasce do empreendedorismo do Sr. Eraldo Giacobbe, nascido em Turim, Itália, (...) veio para Pelotas em setembro de 1925. (...) Em 1938, transformou em Cia. Nacional de Óleo de Linhaça S/A a primitiva firma Timm Giacobbe Ltda. e um ano depois, em 1939, fundou a Cia. Indústria Linheiras S/A. Fábrica manufaturava celulose, papel e artefatos de papel, além da produção de sacos multifolhas para adubos, cimento e cal. No ano de 1949 a Linheira a atingida por um grande incêndio(...). A empresa torna-se depois Fábrica de papel Loreia, que atualmente seu prédio uma parte em ruínas, outra ainda utilizada. Fonte: Diário Popular, dia 26 de novembro de 2004. Diário Popular, dia 3 maio de 1949. Diário Popular, dia 25 de dezembro de 1949. Diário Popular, dia 27 de agosto de 1960. (FERREIRA, 2011).

se num estado crítico de abandono, estando parte dele em ruína. As dificuldades apresentadas pelo objeto no sentido de oferta de informações que possibilitassem a identificação de valores materiais com potencial para a preservação levaram a repensar a escolha, já que ao mesmo tempo, havia outros prédios com maior oferta de informações sujeitas a se perder durante as práticas de reutilização. O prédio do Frigorífico Anglo S.A. já havia sido reformado, e os prédios do F.C. Lang S.A., da Cotada S.A., e da Cervejaria Sul Rio-Grandense já estavam com seu processo encaminhado ou em andamento, portanto foram descartados. O antigo Lanifício, designado Laneira Brasileira S.A.⁴, localizado na Av. Duque de Caxias nº 114, e fundado em 1949, foi escolhido por encontrar-se na retaguarda dessa ordem de intervenção, havendo assim tempo hábil para o desenvolvimento da pesquisa e a avaliação sobre a proposta de intervenção, considerando-se as recomendações propostas pela Carta de Nizhny Tagil.

Após a definição do objeto, os objetivos gerais da pesquisa foram a busca de informações sobre ele, através de pesquisa de campo, pesquisa oral bibliográfica e documental, e também sobre os projetos em desenvolvimento para sua futura reutilização. A partir daí buscou-se conhecimento sobre valores patrimoniais, artísticos e históricos, teorias e princípios para salvaguarda de bens culturais. Diante dessas informações analisou-se o caso da Laneira buscando identificar os valores necessários para defender sua preservação de maneira integral, reavaliando seu nível de preservação, definido atualmente pelo Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas⁵ e propondo encaminhamentos para a preservação deste tipo específico de patrimônio nos aspectos de gestão e técnicos, objetivando a prática de reabilitações de espaços como esse de forma cautelosa, de acordo com teoria de restauro contemporânea, e que não venha a engessar as novas propostas de uso.

O estado da arte é referenciado ao longo do trabalho através de alguns pesquisadores que abordam o assunto sob diferentes perspectivas: uns

⁴ A Laneira Brasileira Ltda foi fundada em 1945. Em 1948, transforma-se em Sociedade Anônima Indústria e Comércio, instalando-se em Pelotas. A empresa foi pioneira na sua especialidade, sendo introduzida pelo seu fundador e presidente, o comendador Llobeira-Moises Llobera Gutes. O fechamento da Laneira se deu em abril de 2003. (FERREIRA, 2011).

⁵ O prédio encontra-se oficialmente protegido, conforme disposto no Decreto nº 5.685 de 08 de novembro de 2013, passando então a incluir a lista dos bens integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas.

especificamente sobre as *friches*, outros sobre o patrimônio industrial. A conceituação e o histórico do fenômeno *friche industrielle*, assim como reflexões sobre as possibilidades de reaproveitamento destes lugares estão embasados no trabalho de Mendonça (2001), que trata do assunto no contexto da França e Rio de Janeiro. Os processos de industrialização e desindustrialização, e consequente formação das *friches* na cidade de Pelotas estão embasados no trabalho de Britto (2011). As informações específicas sobre a Laneira Brasileira S.A. e outros prédios industriais tiveram como referência o trabalho de Ferreira (2011). Outros referenciais teóricos, citados ao longo do trabalho e resgatados para embasar a proposta de intervenção, são as obras *Teoria da Restauração* de Cesare Brandi⁶ e *O Culto Moderno dos Monumentos* de Alois Riegl⁷.

Este trabalho está dividido em duas partes. A primeira, denominada *Conhecer*, apresenta informações relacionadas à preservação do patrimônio cultural em geral, ao processo de ocupação territorial e industrialização na cidade de Pelotas, e à conceituação de *friches*, valores e teorias do restauro, formando uma base de conhecimento que sustentará aquilo que está se buscando comprovar. Ainda na primeira parte, também é apresentado o objeto desta pesquisa, a Laneira Brasilera S.A. e informações relativas a ele. A segunda parte, denominada *Preservar*, analisa os encaminhamentos oficiais realizados até o presente momento para a preservação do patrimônio industrial na cidade e para a preservação do prédio da Laneira, e propõe diretrizes para a gestão do patrimônio local e para as intervenções sobre os bens do patrimônio industrial, através de diretrizes técnicas.

As propostas apresentadas neste trabalho tiveram como base outros dois projetos já concluídos. Um deles, denominado “Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas”, desenvolvido por Ferreira (2011), além de apresentar um relato histórico do antigo lanifício (Laneira), também se constitui

⁶ Cesare Brandi (1906-1988) é um dos principais nomes do restauro moderno. Em 1966 escreveu a Teoria da Restauração, obra baseada nas diretrizes da Carta de Atenas (1931). A principal marca da obra de Brandi é o rigor crítico-cultural que situa o ato de restauro como responsável pelas futuras interpretações estilísticas e históricas da obra-de-arte. Se for executada sem critérios, a restauração pode causar danos à obra que irão perpetuar-se por várias gerações.

⁷ Riegl (1858-1905) foi nomeado presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos e encarregado de esboçar uma nova legislação para a conservação dos monumentos. Um ano depois, publicava, (...) *Der moderne Denkmalkultus* [O culto moderno dos monumentos]. Nesta obra o monumento histórico é tratado como um objeto social e filosófico.

num inventário com cerca de uma centena de remanescentes do patrimônio industrial da cidade de Pelotas. O outro, denominado “A Inclusão da Ociosidade: uma metodologia para inventariar imóveis urbanos ociosos. O caso de Pelotas (RS)”, desenvolvido por Gutierrez (2006), constitui num inventário de prédios ociosos, a maioria industriais, com potencial para reciclagem.

2. CAPÍTULO I: CONHECER

Neste capítulo, denominado *Conhecer*, serão abordados temas que cercam o objeto de estudo, os quais tratam de conceitos, políticas e instrumentos de gestão, valores e teorias voltados ao patrimônio cultural, permitindo a contextualização do objeto; e outros que caracterizam o objeto de estudo, os quais tratam especificamente da Laneira Brasileira S.A. em três momentos: no presente, no passado e no futuro. Este capítulo contém informações que formam uma base de sustentação para a proposta apresentada no capítulo II: *Preservar*.

2.1. O Patrimônio Industrial

Os temas deste subcapítulo, *O Patrimônio Industrial*, tratam dos conceitos de patrimônio, patrimônio industrial e *friches* industriais, e da sua gestão nas escalas internacional e local, apresentando os órgãos e instituições envolvidas nas políticas de salvaguarda dos bens patrimoniais, e os instrumentos que os norteiam. Também são tratados, em aspectos gerais, o processo de ocupação territorial de Pelotas, o início da sua industrialização e a formação do patrimônio industrial na cidade. Além do conceito e da caracterização espacial, econômica e social das *friches* industriais, serão abordadas as tendências atuais para reabilitação desses espaços a fim de reintegrá-los às funções sociais das cidades, reutilizando-os através de novos usos e assim contribuindo para a sustentabilidade das cidades. Por fim serão apresentados valores e teorias intrínsecos ao objeto de arte, desde a escala do artefato até a do meio urbano, os quais servirão de base para a formação de princípios e diretrizes que sustentarão a proposta de preservação do patrimônio industrial local, apresentado no capítulo seguinte.

2.1.1 Sistema de Preservação Patrimonial

A preservação do patrimônio cultural surge da consciência de que um determinado bem, material ou imaterial, possui valor significativo e representativo de/para uma determinada coletividade, digno de ser transmitido às futuras gerações. A gestão desse patrimônio encontra-se em constante processo de atualização, visando atender às transformações dos conceitos de

patrimônio e de valor ao longo dos séculos e as solicitações da sociedade para sua preservação. Essa gestão se desencadeia através de um sistema formado por instituições e instrumentos legais que são organizados hierarquicamente, contemplando os interesses das coletividades desde a escala internacional até a escala local.

Conforme Funari e Pelegrini (2006), o conceito de patrimônio existe desde a antiguidade, porém vem sofrendo significativas transformações até os dias de hoje. Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia entre os romanos antigos a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família. O *patrimonium* era tudo aquilo que estava sob o domínio do senhor e podia ser legado por testamento como bens móveis, imóveis e animais, incluindo também as pessoas. O conceito de patrimônio estava ligado aos interesses aristocrático e privado. Durante a Idade Média o patrimônio permaneceu com o caráter aristocrático e privado, porém foi acrescido de valores simbólicos e coletivos através da religiosidade, que proporcionou o compartilhamento de valores sociais. Neste contexto desenvolveu-se o conceito de patrimônio ligado aos lugares, objetos e rituais coletivos. As catedrais tornaram-se patrimônio de caráter coletivo, mas ainda aristocrático. No Renascimento, período em que nasce o movimento Humanista resgatando referências culturais da antiguidade Greco-Romana, surgiram mudanças de perspectivas para a sociedade medieval. Os humanistas iniciam práticas de salvaguarda dos vestígios culturais da antiguidade, e passam a ser chamados de Antiquiariado ou Antiquários.

Ainda de acordo com os autores, a transformação mais radical do conceito de patrimônio ocorre com a Revolução Francesa em 1789, já que ela é responsável pela grande transformação da estrutura social, rompendo para sempre com as antigas sociedades aristocráticas. Os Estados Monárquicos e Religiosos transformam-se em Estados Nacionais, fazendo-se necessária a invenção da cultura nacional, com a língua, as tradições, origens e delimitação do território, a fim de promover a consolidação dessa nova forma de organização social. A população que até então se comportava como súdita do rei transforma-se em um conjunto de cidadãos, e os bens da Igreja transformam-se em bens do Estado, com caráter coletivo e público. O moderno conceito de patrimônio desenvolveu-se a partir dessa transformação radical da sociedade e do indivíduo.

Outra revolução que, associada à Francesa, conduziu a sociedade para a modernidade num caminho sem volta, foi a Revolução Industrial. Iniciada no Reino Unido em meados do século XVIII, e expandida pelo mundo a partir do século XIX, ela é identificada como o conjunto de mudanças tecnológicas com impacto direto nos processos produtivos, na estrutura social e espacial, e no sistema econômico. Foi também responsável por grandes mudanças na configuração urbana das cidades e suas relações sociais, nos hábitos de consumo da população, e pelo surgimento da cultura de massa. Por tratar-se de um novo período repleto de novidades, tornou-se, além de motivo de representação nas artes, inspiração para o surgimento de novos movimentos artísticos devido às mudanças de valores e concepções na forma de retratar o novo e o efêmero.

Consoante Funari e Pelegrini (2006), após a criação dos Estados Nacionais, surgiram alguns movimentos nacionalistas exacerbados, que vieram a desencadear as duas guerras mundiais. A relação entre o nacionalismo e o patrimônio é claramente percebida no período entre Guerras (1914-1945), momento de ápice sobre a valorização do patrimônio nacional, que são os monumentos, entendidos como bem material concreto, de alto valor material e simbólico para a nação e que contribuem para fortalecimento e reconhecimento do sentimento nacionalista. O período Pós-Guerra possibilita, novamente, mudanças de perspectiva sobre a sociedade. Nele, o nacionalismo e o imperialismo são condenados pelas perdas irreparáveis que causaram para a humanidade, e as diversidades, humana e ambiental, são eleitas como critérios de valor universal a serem promovidos, e assim a noção de patrimônio é ampliada, surgindo inclusive a noção de imaterialidade do patrimônio.

Nesse contexto do pós-guerra, surgem, junto com a consciência sobre a importância da preservação dos bens patrimoniais para as futuras gerações, os organismos de proteção com o objetivo de contribuir para a paz e a segurança do mundo, através de ações concretas de salvaguarda dos patrimônios históricos da humanidade.

Seguindo pela trajetória da evolução do conceito de patrimônio, nos anos de 1950 na Inglaterra, considerada o berço da revolução industrial, inicia-se a discussão sobre a importância da preservação do Patrimônio Industrial e surge o termo arqueologia industrial, devido ao fato de que profissionais da arqueologia se inseriam no campo de atuação da preservação para dar solução

à enorme quantidade de prédios industriais destruídos durante a segunda guerra mundial. A partir de 1960, o assunto ganha mais importância devido às profundas transformações tecnológicas no sistema de produção que ocorrem naquele momento e a consequente destruição de importantes prédios industriais na Europa. Porém, é somente em 17 de julho de 2003, em Nizhny Tagill, na Rússia, durante a Conferência do TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) que aprovou-se o texto da Carta sobre o Patrimônio Industrial, que posteriormente foi apresentada à Unesco para aprovação definitiva, oficializando-se então a preservação deste tipo de patrimônio.

Em suma, a Carta menciona que os períodos mais antigos da história da Humanidade são definidos através dos vestígios arqueológicos que testemunham as mudanças no processo de fabricação de objetos da vida cotidiana daquela época. Ela considera que as inovações e transformações promovidas pela Revolução Industrial à sociedade se equivalem àquelas dos períodos entre Neolítico e Idade do Bronze, e que se a conservação daqueles testemunhos é universalmente aceito, da mesma forma se justifica a conservação dos vestígios oriundos da Revolução Industrial. O Patrimônio Industrial é definido pela referida Carta como:

“os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.” (TICCIH, 2003)

O período histórico identificado como de maior relevância para a proposta do TICCIH, é o compreendido entre o início da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até os nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e protoindustriais.

Funari e Pelegrini (2006) destacam que o longo da segunda metade do século XX, paralelamente às transformações mundiais da sociedade, foram sendo assinadas diversas Cartas Patrimoniais, que são documentos legais de abrangência internacional, com recomendações ligadas à preservação e conservação dos Bens Culturais. As Cartas são documentos firmados

internacionalmente em encontros ou congressos onde se discute sobre conceitos e critérios de preservação, representam conceitos com valores, ora globais, ora locais, e retratam necessidades e realidades próprias de sua época. Eles servem de base para a elaboração de outros instrumentos legais, como estatutos, decretos, leis, conforme a abrangência de preservação necessária.

A gestão do patrimônio ocorre através do acionamento desses instrumentos legais pelos órgãos e instituições de preservação, que estão organizados hierarquicamente desde a escala mundial até a local, e em esferas governamentais e não governamentais. Internacionalmente, a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em novembro de 1945, é o órgão governamental que possui a missão de coordenar a preservação e a restauração dos patrimônios históricos da humanidade através do World Heritage Center. Existe também o ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, que é uma associação civil internacional, não governamental, sem fins lucrativos, criada em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos, em Veneza, ocasião em que foi escrita a carta internacional de princípios norteadores de todas as ações de restauro: Carta de Veneza. O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) é a organização mundial consagrada ao patrimônio industrial.

No Brasil, o órgão responsável pela gestão do patrimônio é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 13 de janeiro de 1937, com a missão de organizar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, a qual lhe foi atribuída pelo Decreto Lei nº 25 de 30/11/1937. Cabe ao IPHAN, regido por esse decreto, identificar, catalogar, restaurar, conservar, preservar, fiscalizar e difundir os bens culturais em todo o território brasileiro. Tendo em vista a recorrente prática de preservação dos bens imóveis, que são os prédios e monumentos históricos, reconhecidos como bens de “pedra e cal” (FONSECA, 2005) e a defasagem de ações em relação aos bens móveis foi criado o IBRAM – Instituto Brasileiro dos Museus, que regido pelo Estatuto dos Museus tem a missão de proteção e guarda dos bens móveis integrantes do patrimônio cultural brasileiro através dos museus. O IPHAN e o IBRAM são instituições governamentais, mas há também os órgãos não governamentais,

como o ICOMOS/BRASIL e o TICCIH/BRASIL, que são organizações formadas pela sociedade civil sem fins lucrativos, com interesse em parcerias para contribuir com a preservação do patrimônio cultural através de estudos, análise e divulgação dos métodos, das técnicas, da política de proteção, conservação, restauro e valorização do monumento, conjunto e sítios naturais ou de valor cultural e seu entorno.

A prática de tombamento tem sido utilizada pelo IPHAN desde sua criação como medida oficial de proteção e consagração dos bens culturais, e inicia-se com a abertura de um processo de tombamento. Como estudos, pesquisas e publicações sobre o tema específico voltado ao patrimônio industrial são recentes, consequentemente as práticas de tombamento deste tipo de patrimônio também o são. De acordo com a análise do arqueólogo José Luiz de Moraes, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo:

O Brasil não desenvolveu uma cultura de preservação industrial. (...) Para a maioria da população, construção de valor histórico ainda é aquela de estilo arquitetônico antigo ou que teve algum dia um uso cultural ou social relevante. Como as fábricas e o mundo do trabalho jamais desfrutaram aqui dessa aura de nobreza, a preservação dos espaços fabris sempre foi vista como algo secundário (...). (MAWAKDIYE, 2003)

Conforme relata Fonseca (2005), até a década de 70, os processos de tombamento eram analisados apenas sob valores estéticos e históricos limitados, e a partir desse momento, os processos de tombamento passam a ser analisados sob uma perspectiva histórica ampliada, a qual contextualiza e historiciza os fenômenos, qualificando os juízos de valor. Neste contexto de análise, muitos bens são tombados pelo valor de testemunho do processo evolutivo das cidades, indo além das análises estéticas e históricas feitas até então. A partir dos anos 80 objetos considerados sem valor estético, como obras de tecnologia industrial, passam a ser analisados sob uma nova leitura que possibilita a atribuição de novo valor para tombamento: a “estética industrial”. (FONSECA, 2005, p. 194)

Para Rodrigues (2010), o IPHAN foi pioneiro ao tombar, em 1963, as Ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos, lugar de fabricação do principal produto de exportação da Colônia: o açúcar; e em 1964, a Real Fábrica de Ferro de Ipanema, datada de 1810, mesmo sem haver uma política ou diretrizes sistemáticas para o tombamento de bens industriais.

Em São Paulo, estado mais industrializado do Brasil, a prática de tombamento do patrimônio industrial iniciou em 1974, através do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo. De acordo com Rodrigues (2010), durante o crescimento da cidade de São Paulo, os trilhos das ferrovias determinavam os vetores do crescimento urbano, enquanto que as fábricas e as vilas operárias determinavam os desenhos de bairros, numa relação indispensável para as configurações espaciais e composição da paisagem urbana, contribuindo também para a formação de uma memória coletiva e consolidação de uma identidade industrial. Na década de 80, foram tombadas pelo CONDEPHAAT estações ferroviárias, edifícios, pontes, vilas e ruínas. Na década de 90, novos tombamentos do patrimônio industrial foram realizados, porém atentando-se para o objeto a ser preservado e para a maneira de (re)significá-lo através dos projetos de restauração.

Relata Rodrigues que, desde então, muitos bens do patrimônio industrial do estado de São Paulo vêm sendo preservados, porém mesmo diante de um patrimônio significativo e de uma consciência de preservação existente há 40 anos, as ações voltadas para a preservação deste tipo de patrimônio têm sido tímidas, ou seja, ele é minoria em relação aos outros bens tombados. Além disso, questionam-se os critérios de avaliação dos processos de tombamento, que em geral são baseados em antigos valores, onde são consideradas unidades isoladas, ou apenas as partes de um todo, dificultando assim o entendimento do sistema industrial. Um exemplo disso está na tendência da mobilização da sociedade e das práticas de preservação reduzirem a complexidade das estradas de ferro à nostálgica estação férrea, ou então, a preservação dos prédios desconsiderando suas relações com outros elementos que compõe a paisagem urbana.

Por se tratar de um processo recente, inclusive em nível mundial, as políticas de preservação deste tipo específico de patrimônio estão em fase inicial, e enquanto elas não existirem oficialmente, muitos bens e documentos correm o risco de se perder. Paulo Martins Souto Maior, diretor de preservação cultural da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, afirma que:

(...) na Europa, as fábricas de valor histórico são transformadas em pequenos museus de tecnologia ou centros culturais nos quais os processos produtivos antes lá desenvolvidos têm lugar de destaque.

Por falta de recursos, o Brasil não consegue investir como deveria em nenhuma dessas vertentes, e muita coisa acaba se perdendo. (MAWAKDIYE, 2003)

2.1.2 Ocupação Territorial e o Processo de Industrialização - O Patrimônio Industrial de Pelotas

Relata Pesavento (1985), que a vinda dos imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX é um movimento que se insere no amplo processo de expansão mundial do capitalismo, que por sua vez é uma consequência da revolução industrial. Os problemas característicos do surgimento da industrialização na Europa, como a expulsão do camponês da terra, destruição das pequenas produções artesanais, geração de mão de obra excedente e sua incapacidade de ser absorvida pela indústria, são vivenciadas pela Alemanha e Itália tardivamente, por serem os países europeus que se unificaram e industrializaram posteriormente aos outros. Esses problemas geraram grande tensão social, e para o governo europeu tornou-se interessante o envio desse excedente populacional para o exterior, minimizando os conflitos internos. Neste contexto internacional, o Brasil configurou-se como um país de imigração, receptor de mão de obra europeia que vinha em busca de terra e trabalho. Esse movimento de imigração coincidiu com o momento de transição econômica do Brasil, no qual a produção, até então baseada na força de trabalho escrava, passava para mão de obra livre.

No Rio Grande do Sul, a diversidade da colonização entre as regiões norte e sul, é evidenciada durante o surgimento e desenvolvimento das indústrias. O sul, colonizado principalmente por lusitanos, desenvolveu uma política de povoamento baseada na estratificação social, onde há o fazendeiro e o escravo, e na monocultura extensiva, através da produção pecuária e do charque nas grandes propriedades rurais. O norte, onde predominaram os imigrantes alemães e italianos, desenvolveu-se dentro de uma estrutura social mais igualitária com mão de obra familiar, e com diversificação da produção através da pequena propriedade, do trabalho artesanal e de subsistência.

Conforme Britto (2011) processo de povoamento e urbanização do extremo sul se deu através da concessão das sesmarias, que se configuravam em enormes estâncias concedidas pelo coroa portuguesa a indivíduos que pudessem explorá-las economicamente e defendê-las militarmente, dando origem assim aos latifúndios e à estrutura social estratificada. A atividade

econômica promissora para a região era a pecuária, devido à característica da paisagem, e o principal objetivo era o abastecimento de consumo da região central do país que vinha se desenvolvendo em virtude da exploração do ouro. A abundância de gado na região sul possibilita o surgimento das primeiras charqueadas na cidade de Pelotas, a partir de 1780, às margens do Arroio Pelotas, e sua localização estratégica ligada às rotas fluviais foi definitiva para o escoamento da produção, transformando a cidade num centro de convergência de rotas comerciais. Nas charqueadas era realizado o beneficiamento da carne para consumo, através da mão-de-obra escrava, cujo produto final era o charque.

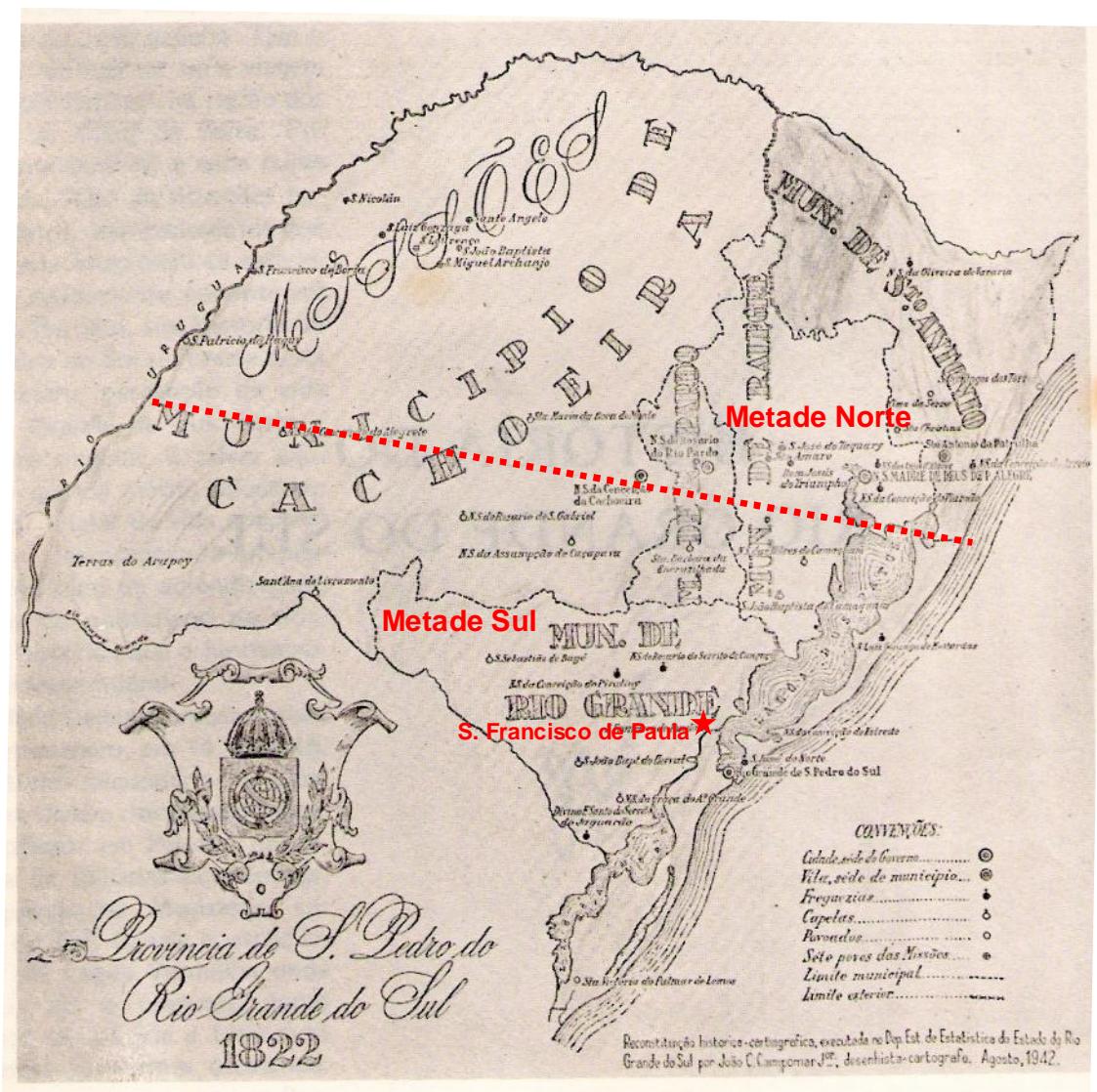


Figura 1: Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1822, Adaptado de João C. Campomar, 1942. Fonte: Acervo de mapas do IHGRS.

O processo inicial para a urbanização na cidade de Pelotas foi desencadeado pela atividade charqueadora, cuja concentração de riqueza

gerada por essa atividade promoveu o surgimento de uma forte aristocracia local, que aspirava pela construção de um espaço urbano para o desenvolvimento das relações socioculturais. Em 1815 foi criada a planta do primeiro loteamento da área urbana de Pelotas, que na época era uma Freguesia, denominada São Francisco de Paula. Em 1832, foi elevada à Vila, e em 1835 tornou-se Cidade. As residências particulares, os prédios e espaços de uso coletivo construídos nesse período refletiam os aspectos da estrutura socioeconômica daquele período, cujos costumes e ideais estavam ligados à cultura europeia, tendo inclusive equipamentos urbanos vindo diretamente da Europa, como alguns chafarizes das praças e o reservatório elevado em fefundido, localizado na Praça Piratinino de Almeida. Este foi construído em 1875, e encontra-se tombado desde 1984 pelo IPHAN, inscrito no Livro Tombo de Belas Artes.

Para Gutierrez (1993), em virtude da grande demanda comercial do charque, fez-se necessária a ampliação dos meios de transporte que atendessem às exportações e importações das mercadorias. Devido à precariedade das estradas e a grande oferta dos recursos hídricos na região, em 1832 iniciaram as atividades de navegação fluvial, com o transporte de carga e de passageiros, entre São Francisco de Paula e a cidade de Rio Grande. Conforme Paulitsch (2008), em 1884 foi inaugurada a estrada de ferro ligando Rio Grande a Bagé, passando por Pelotas, e possibilitando assim a circulação de mercadorias desde o porto marítimo até a região da campanha gaúcha. Essas duas redes de transporte proporcionaram a construção de novos equipamentos urbanos: o porto e a estação férrea.

Assim, o primeiro loteamento urbano foi construído com um patrimônio arquitetônico expressivo e representativo da opulência e do ideário aristocrático da elite dominante daquela época, o qual está impresso até hoje, de forma indissociável, na paisagem urbana.

Britto (2011) esclarece que, mesmo com todo o poder que a indústria do charque possuía na região, ela não foi capaz de se manter como a principal atividade econômica na virada do século XIX para o século XX. A abolição da escravatura, em 1888, afetou diretamente essa atividade provocando uma forte crise, acentuada pela concorrência da produção saladeril da Argentina, que utilizava mão-de-obra livre. Além disso, é com a vinda de imigrantes europeus, especialmente alemães, chamados de “burguês imigrante” (PESAVENTO,

1985, pg. 32-37) que trouxeram consigo o capital e as novas tecnologias, que a cidade passa a adquirir uma nova economia, a industrial.

A localização das indústrias na zona urbana acabou seguindo a lógica capitalista, já que não existia na época um ordenamento estipulado pelo Estado, então a maioria delas se concentrou nas imediações da zona portuária devido às vantagens locacionais que o porto e a malha ferroviária propiciavam para o desenvolvimento da atividade industrial.

“Uma das primeiras indústrias a ser fundada na cidade de Pelotas foi a F.C. Lang S.A. (figura 2), fundada em 20 de setembro de 1864 por Frederico Carlos Lang, imigrante alemão nascido em Berschweller que chegou à cidade por volta de 1861.” (BRITTO, 2011, pg.52) Especializou-se na produção de velas de sebo e sabão, cuja matéria prima era o subproduto do charque. Por não haver iluminação elétrica na época, as velas tinham grande aceitação no mercado. Devido à boa qualidade da produção e a grande demanda do produto, a fábrica que se situava inicialmente na Estrada da Costa (atualmente Domingos de Almeida) próximo ao Arroio Pepino, sendo transferida em 1870 para a Rua Gonçalves Chaves nº 1158. Nas primeiras décadas do século XX, a empresa cresceu e expandiu seu mercado ao ponto de conquistar vários prêmios em exposições internacionais por seus produtos.



Figura 2: F.C. Lang S.A. Pelotas. RS. Ilustração de 1912 apresentando etapas do empreendimento. Fonte: BRITTO, 2001

Desde então, outras indústrias surgiram na cidade. Em 1870, foi fundada a cervejaria Ritter, por Carlos Ritter, que iniciou suas atividades numa pequena fábrica localizada na Rua Tiradentes, à margem esquerda do arroio Santa Bárbara. Especializada na produção de bebidas, em poucos anos a empresa

cresceu e transferiu suas instalações para a Praça Floriano Peixoto, atual Cipriano Barcelos. A fundação e desenvolvimento deste estabelecimento marcaram a industrialização de Pelotas, pela sua dimensão e importância.

Conforme relata Britto (2011), aproveitando o sucesso da Cervejaria Ritter, em 24 de setembro de 1889 foi inaugurada a Cervejaria Sul Rio-Grandense (figura 3), por Leopoldo Haertel. Localizada na Rua Benjamin Constant nº 51, próxima ao porto da cidade, também obteve grande reconhecimento, tanto no estado como em outras regiões do país.

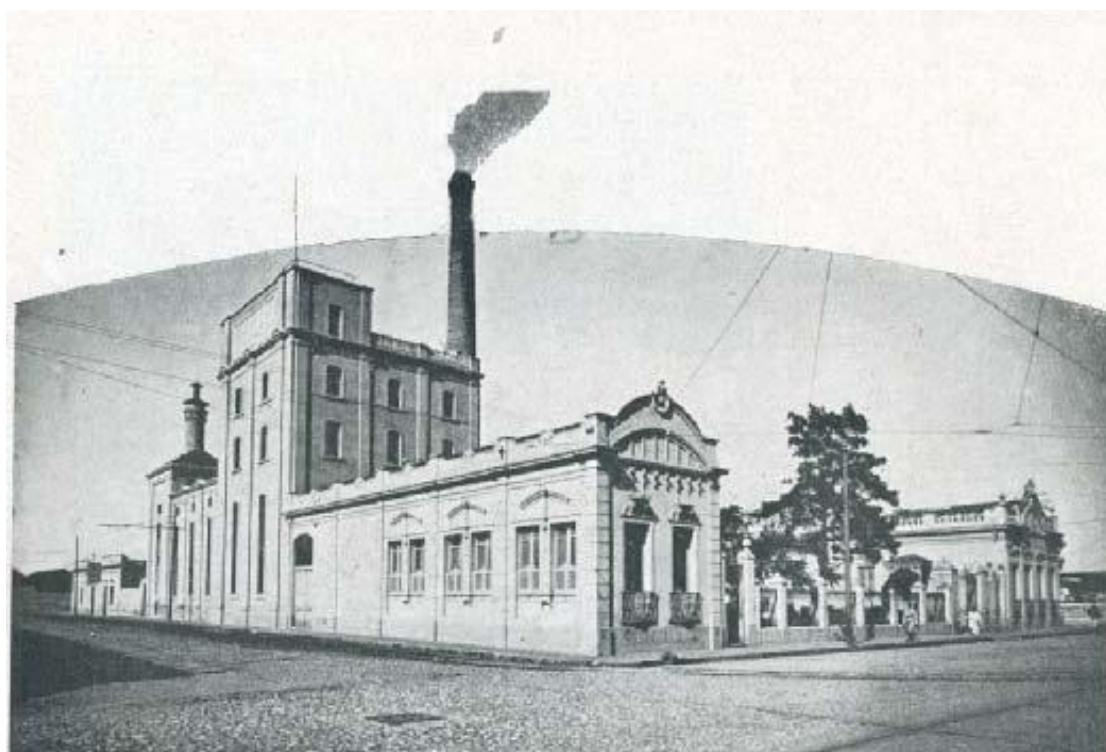


Figura 3: Cervejaria Sul Rio-Grandense. Pelotas. RS. Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: s. ed., 1922.

No ramo das indústrias têxteis, a Fábrica de Chapéus Pelotense e a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, marcaram expressivamente o processo de industrialização em Pelotas neste período. “A Fábrica de Chapéus Pelotense foi fundada em 31 de agosto de 1881, pela firma Cordeiro & Wiener, sendo um dos estabelecimentos mais importantes e conceituados no ramo têxtil em todo o território nacional.” (BRITTO, 2011, p. 55) Sua especialidade era a produção de chapéus com as mais variadas qualidades de pelo. Em 1932, a empresa foi comprada pela Companhia União Fabril, da cidade do Rio Grande.

No início do século XX, foi fundada a companhia Fiação e Tecidos Pelotense (figura 4), em cinco de fevereiro de 1908, pelo coronel Alberto Roberto Rosa. Localizada na Rua Moreira Cesar nº 12, próxima ao cais do porto, sua produção consistia na fabricação de morins, algodões, brins, riscados, lenços, guardanapos, pelúcias, panos de mesa e outros tecidos de algodão, atendendo ao mercado nacional e também ao exterior.

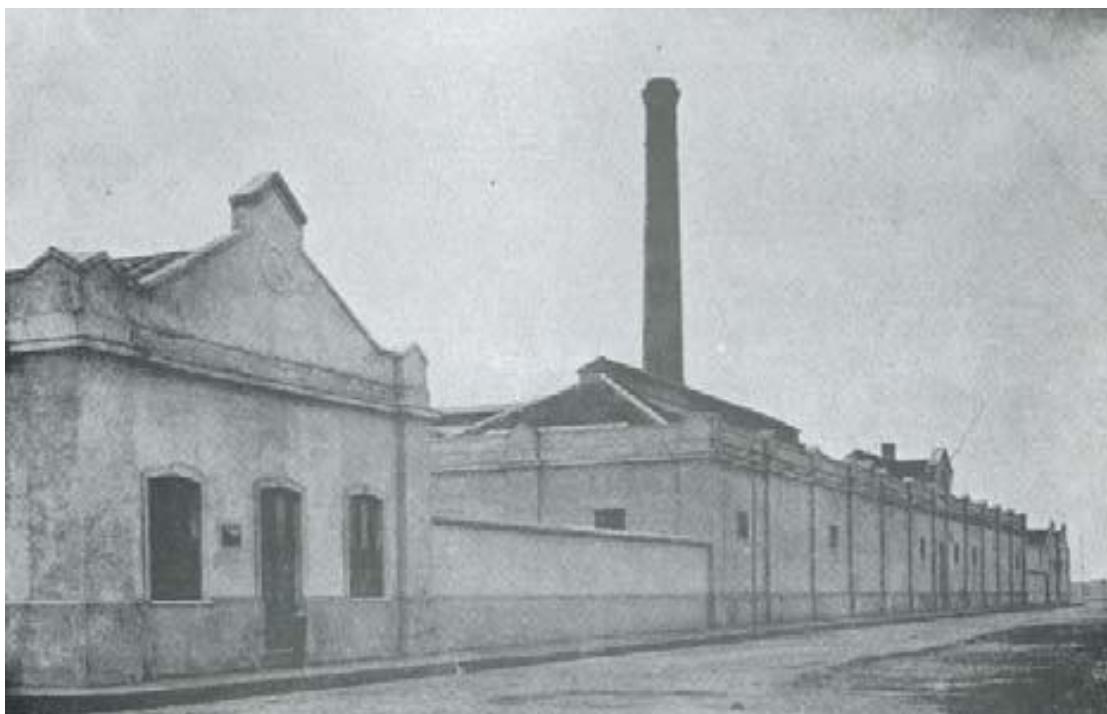


Figura 4: Fiação e Tecidos. Pelotas. RS. Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: s. ed., 1922.

Consoante Britto (2011), em 1919 foi inaugurada a Companhia Frigorífico Rio Grande (Frigorífico Pelotense), localizada às margens do Canal São Gonçalo, nas proximidades do porto (figura 5). O Frigorífico era especializado na produção de carnes e miúdos, conservas de carnes e línguas, além de um departamento de graxas, óleos e fertilizantes. Em 1943, quando foi incorporado por um grupo industrial inglês, passa a ser chamado de Frigorífico Anglo S.A.

Segundo a autora, o processo de industrialização da cidade teve influências sobre o crescimento populacional, conformando novos lugares e modificando zoneamentos e circulações. As indústrias que se localizaram nas áreas de maior interesse para a realização de suas funções, próximas ao porto e à estação férrea, acabaram definindo “espontaneamente” a zona industrial da cidade. O porto configurou-se como a principal porta para a entrada de matéria prima e saída da produção industrial para os mercados consumidores do centro

do país e do exterior. Já a estação férrea escoava sua produção para a campanha gaúcha. O surgimento das vilas operárias na zona do porto, construídas para acomodar a mão de obra proveniente das cidades vizinhas e da zona colonial do município, deu origem ao atual bairro. O crescimento da população neste período foi determinante na formação do processo de urbanização, e de construção das primeiras obras de saneamento. (figura 6)

A industrialização trouxe consigo o desenvolvimento dos meios de transporte como as linhas de bonde de tração animal e elétrico, (figuras 7 e 8) e também as estradas federais e estaduais, tornando o município num polo de convergência na metade sul do estado.

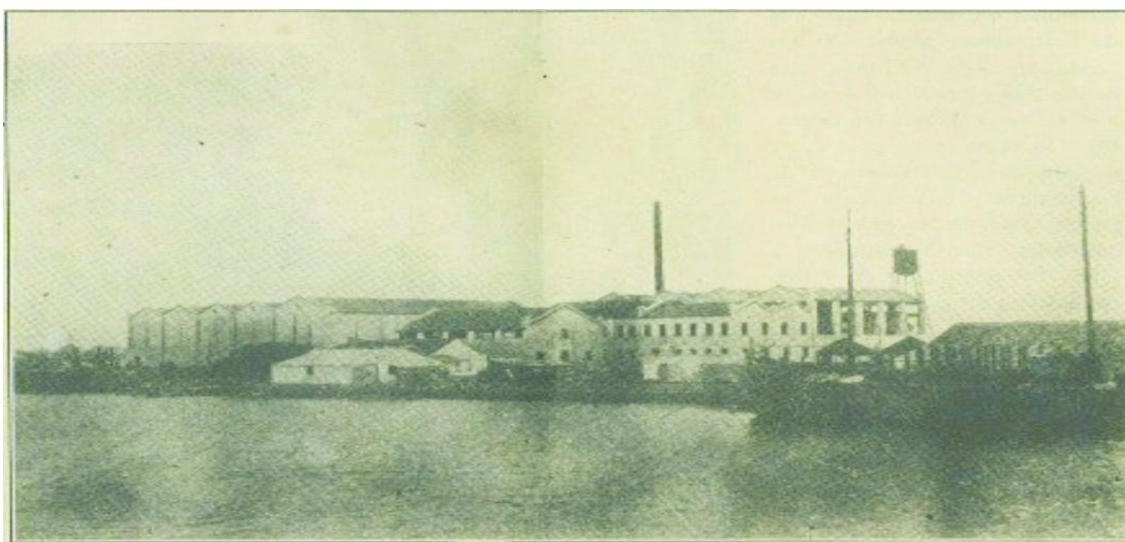


Figura 5: Frigorífico Anglo S.A. Pelotas. RS. Fonte: Diário da Manhã 06.09.1992. Fonte: BRITTO, 2011



Figura 6: Construção da rede de esgotos em 1913. Figura. Fonte: Blog Imagens Históricas⁸

⁸ Disponível em <http://imagenshistoricas.blogspot.com/2009/11/fotos-antigas-de-pelotas.html> 08 jun.2014



Figura 7: Bonde com estação ferroviária ao fundo. Pelotas. RS. Fonte: CARRICONDE, C. Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas, 1922.



Figura 8: Trilhos de bonde elétrico na zona do porto. Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: s. ed., 1922.

"O desenvolvimento do espaço urbano a partir dos transportes efetivou o surgimento de novos bairros e o espraiamento da malha urbana nos sentidos oeste e norte. (...)

A intensificação deste processo altera profundamente a realidade urbana desde então. A fragmentação do espaço, racionalizado pelas zonas industriais, comerciais, pelos bairros operários, pelos bairros das elites, transcendeu os limites do território, imbricando profundas transformações nas relações e significações existentes entre a sociedade, o tempo e o espaço. Assim o processo de industrialização marcou significativamente a cidade, marcada pelas estruturas, formas e funções que incorporou, adequadas ao movimento próprio do modo de produção vivenciado neste período." (BRITTO, 2011, p. 61-62)

Assim, a expansão urbana foi se desenvolvendo, construindo e consolidando um patrimônio arquitetônico e urbano representativo da ascendente burguesia industrial e comercial de Pelotas, e que, conforme Reis (2004) foi contemporâneo ao movimento positivista, cujos ideais nacionalistas e modernistas representavam o espírito daquela época em várias cidades do país.

A Laneira Brasileira S.A. surge dentro desse cenário da industrialização de Pelotas tardiamente. De acordo com Ferreira (2011), a Laneira Brasileira Ltda. é registrada em 05 de novembro de 1945, com sua sede social em Porto Alegre, sendo sua especialidade a manufatura da lã, cuja experiência foi introduzida pelo seu fundador e presidente o Sr. Moises Llobeira Gutes, empreendedor industrial nesse ramo, em Petrópolis e no Rio de Janeiro. Em 08 de dezembro de 1948, a empresa altera sua razão social para Laneira Brasileira Sociedade Anônima Indústria e Comércio, e sua transferência para Pelotas passa a depender da construção das novas instalações.



Figura 9: Vista parcial da fachada (LBSA. F.A. 2026). Fonte: ⁹Fototeca – Memorial da UFPel.

⁹ Disponível em <http://www2.ufpel.edu.br/ich/arquivofotografico/?cat=1> Acesso em 12 mai. 2014

O Prédio da Laneira insere-se no cenário pelotense entre o período de 1930 e 1950, que para Moura e Schlee estaria dentro do período chamado “Primeiro Período Moderno”. (1998, pg.17-18)

Schlee identifica o prédio da Laneira como uma construção moderna:

Ao Colégio Santa Margarida e às casas de Affonso Goetz Jr., seguiram-se inúmeras outras construções, que também podem ser identificadas como modernas: a Sociedade Cooperativa União Rural (1934), de Curt Rheingantz; o Rex-Hotel (1938), da firma Haessler & Woebcke; o edifício sede do Sanatório Roxo, atual Clínica Olivé Leite (1938), construída por Affonso Goetz Jr.; o Colégio Assis Brasil (1939 - Figs. 5 e 6), de João Baptista Pianca; a sede do Clube Diamantinos (1940), construída por Alberto Sampaio; o Templo Adventista (1946), de Ayres Seixas; a **Laneira do Brasil (1949)**, de Paulo Ricardo Levacov¹². (SCHLEE, 2003, p. 138)

Ferreira (2011) esclarece que a empresa foi pioneira na sua especialidade, a manufatura de lã, fornecendo lã lavada, cardada e penteada para outros estados brasileiros e também para o exterior. Chegou a ter 270 funcionários e recebia diariamente cerca de 30 caminhões com 300 fardos de lã. A matéria prima vinha, através do transporte ferroviário, das propriedades rurais da região da campanha gaúcha, de municípios como Bagé, Livramento, Uruguaiana e algumas cidades uruguaias.

Esses exemplares são apenas uma amostra do patrimônio industrial construído no período de industrialização e modernização da cidade e do país, desde final do século XIX até meados do século XX, e que assim como o patrimônio construído durante o período charqueador, também se encontra indissociável da paisagem urbana, porém não é valorizado nem ressignificado pelas gerações atuais da mesma forma que seu antecessor.

2.1.3 Políticas e instrumentos de preservação locais

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Federal "Estatuto da Cidade", o Brasil avança nas questões da preservação do Patrimônio Cultural.

Conforme definido no § 1º do inciso V do Art. 216 da Constituição Brasileira de 1988, “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. A lei federal nº 10.257/01, denominada Estatuto

da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem estar dos cidadãos, e do equilíbrio ambiental. Algumas das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto são a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico; o ordenamento e controle do uso do solo, de forma a evitar a deterioração das áreas urbanizadas, e a retenção especulativa do imóvel urbano que resulte na sua subutilização ou não utilização.

A Constituição Estadual de 1989, no seu Art 176 prevê que os municípios definam suas diretrizes para a gestão do ordenamento territorial e da preservação patrimonial:

“Art. 176 - Os Municípios definirão o planejamento e a ordenação de usos, atividades e funções de interesse local, visando a:
 (...)
 III - promover a ordenação territorial, integrando as diversas atividades e funções urbanas;
 (...)
 X - preservar os sítios, as edificações e os monumentos de valor histórico, artístico e cultural; (...)”

Cumprindo o estabelecido nas Constituições Federal e Estadual e no Estatuto da Cidade, o município de Pelotas desenvolve atualmente sua política urbana através da Lei nº 5.502/2008, a qual institui o III Plano Diretor Municipal, estabelecendo as diretrizes e as proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial do município.

A proteção e a preservação do patrimônio cultural estão previstos no atual Plano Diretor e em outros instrumentos próprios para a realização da política urbana. A temática do patrimônio cultural é prevista na Subseção II – Das Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC). O Art. 65 cita uma série de características determinantes para a proteção especial por parte do poder público, entre elas estão as características históricas, arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas. O Art. 67 apresenta os objetivos da proteção do patrimônio cultural, sempre relacionando as questões nas escalas arquitetônicas e urbanísticas. O Art. 69 define os níveis de preservação dos imóveis integrantes no inventário e descritos em lei municipal, conforme a avaliação da Secretaria de Cultura e posterior aprovação por ato do Executivo Municipal. O Art. 70 define as áreas e zonas de preservação do patrimônio cultural.

Os instrumentos para a gestão territorial vêm se atualizando há quase 50 anos, enquanto que para a gestão do patrimônio, a pouco mais de 30 anos.

“No que se refere à atividade de planejamento propriamente dita, Pelotas experimentou suas maiores expressões a partir do fortalecimento do modelo racionalista tecnocrático-autoritário, que ganhou impulso nos anos 60 e 70. O I Plano Diretor de Pelotas, elaborado em 1967, é um resultado daquela política proposta em 1966 pelo Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, que previa a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Integrado. Em termos gerais, o planejamento urbano era apresentado como solução para os desequilíbrios gerados pelo modelo econômico adotado. É dessa época a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. O I Plano Diretor, da Lei nº 1672/68, que o aprovou, buscava a racionalização do espaço urbano”. (VIEIRA, *apud* BRITTO 2011, p.152)

A lei municipal nº 2708, denominada “Lei de Tombamento”, voltada especificamente para a preservação do patrimônio local foi aprovada somente em 1982, sob a administração do prefeito Bernardo Olavo de Souza. Nesta mesma época, devido às constantes demolições de prédios, foi encomendado um profundo levantamento e cadastramento dos prédios de interesse cultural da área central de Pelotas, conforme relatam Moura e Schlee (1998). Em 07 de julho de 2000, foi criada a Lei municipal nº 4568, que declara área da cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas (ZPPC) e lista seus bens integrantes, sendo o principal instrumento legal utilizado pelo poder público para a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico de Pelotas até a elaboração do III Plano Diretor.

Desde 2000, a zona do porto foi incorporada ao patrimônio histórico-cultural do Estado do Rio Grande do Sul através da lei estadual nº 11.499.

Em relação às ZPPCs e AEIAC, o atual Plano Diretor delimita no Art. 70 duas localidades referentes ao início da ocupação territorial no município. Uma delas é a AEIAC – Zona de Preservação do Patrimônio Cultural, que compreende as quatro ZPPCs reconhecidas na lei 4568, que são o Primeiro Loteamento, o Segundo Loteamento, o Porto e a Caieira, reconhecida por sua importância histórico-cultural na formação urbana da cidade. A outra é a AEIAC – Sítio Charqueador, cuja importância histórico-cultural não chega a ser citada, porém há uma série de diretrizes para promover e valorizar esta área.

O Art. 71 apresenta os Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs), dentro das AEIAC e ZPPC. Esses focos seriam como recortes de lugares

específicos dentro das AEIAC e ZPPC. Um deles é o FEIC – Zona Portuária, caracterizada como:

“(...) referência histórico-cultural devido à presença do Porto, por sua singularidade na relação entre espaços construídos e abertos, percebida através do conjunto de edificações industriais, vias e cais do porto, pela possibilidade de visualização da paisagem aberta em direção ao Canal e pelo conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem.” (III Plano Diretor de Pelotas, Art. 71, 2008)

As diretrizes propostas pelo Plano Diretor, para o FEIC – Zona Portuária prevêem a “qualificação da área através da viabilização de acesso ao canal São Gonçalo e incentivo à reciclagem de prédios que estão em desuso e valorização do patrimônio arquitetônico da área.” (III Plano Diretor de Pelotas, Art. 71, 2008)

Além dos instrumentos apresentados, existe o Manual do Usuário de Imóveis Inventariados de Pelotas que contribuem para a divulgação e preservação do patrimônio através de ilustrações, informações históricas e orientações sobre procedimentos a serem adotados pelos proprietários de imóveis inventariados. Nesse documento encontra-se o reconhecimento de dois principais períodos histórico-culturais vinculados à formação da cidade, o luso-brasileiro e o eclético, e em nenhum momento se fala sobre a importância do período industrial como determinante para a consolidação da cidade.

“Atualmente podemos identificar na arquitetura de Pelotas duas principais correntes histórico-culturais de formação da cidade: uma que representa o período colonial às margens do Arroio Pelotas, onde se localizam as charqueadas, e outra representativa do período eclético, localizada no centro histórico da cidade.” (Manual do Usuário de Imóveis Inventariados de Pelotas, 2007, Parte 1, p. 23)

Através de documentos como este Pelotas torna-se cada vez mais reconhecida como cidade histórica devido ao seu importante ciclo charqueador e pelo significativo acervo arquitetônico de estilo eclético, identificado nos diversos edifícios residenciais ou sócio-culturais existentes no centro histórico. Porém o patrimônio arquitetônico industrial, edificado sob a visão de progresso, industrialização e modernização da cidade, constituído de complexos edifícios com tipologias industriais, galpões e vilas operárias não fazem parte do acervo da cidade.

A falta desse reconhecimento torna a compreensão da dimensão do patrimônio cultural da cidade limitado, tanto historicamente com arquitetonicamente. A população não reconhece esse patrimônio pois não há

valorização nem por parte do poder público nem pela sociedade civil organizada.

Mesmo que os instrumentos de gestão urbana apresentem uma grande evolução nas questões voltadas à sustentabilidade e preservação patrimonial, através das propostas de reciclagem de antigos prédios industriais e requalificação dos entornos, ainda falta o reconhecimento oficial desse período histórico-cultural, e do Patrimônio Industrial de Pelotas como um todo, para que a gestão possa desenvolver ações que resgatem e fortaleçam a paisagem, a cultura e a identidade industrial. Atualmente, a listagem de imóveis inventariados integrantes deste tipo de patrimônio é dispersa e isolada, promovendo na cidade uma coleção de fragmentos que não se relacionam, deixando muitas lacunas nessa paisagem industrial, dificultando assim o fortalecimento da identidade e da cultura do Patrimônio Industrial de Pelotas.

2.1.4 *Friches Industrielles* e as tendências de usos

A expressão *friche*, acompanhada dos termos *industrielle* ou *urbaine* vem sendo utilizada por pesquisadores, inclusive brasileiros, para se referir aos vazios industriais no meio urbano que contêm vestígios materiais do processo de desindustrialização. Esses lugares caracterizam-se por antigos complexos industriais em situação de abandono, com edifícios degradados ou em ruínas, equipamentos e maquinários, todos corroídos por inúmeras patologias. Apesar da Carta de Nizhny Tagil não fazer referência à expressão *friche*, ela garante a salvaguarda dos resíduos industriais e ruínas, quando diz que “As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo valor ecológico.” (TICCIH, 2003)

Alguns pesquisadores afirmam que recorrem a essa expressão francesa por não encontrarem na língua portuguesa outra que defina tão bem o fenômeno do processo da desindustrialização, sob os aspectos sociais, econômicos e espaciais. Conforme Mendonça (2001), um dos precursores desse conceito foi Jean Labasse, geógrafo francês, que em 1966 associou o conceito de *friches sociales* (vazio social), ao de ciclo industrial, e ao de descentralização industrial. Segundo definição do Service Technique de l'Urbanisme (STU), o conceito *friches*, mais precisamente de *friches industrielles* é utilizado geralmente para designar "um espaço, construído ou

não, desocupado ou muito sem utilização, antes ocupado por atividades industriais ou outras atividades ligadas à indústria." (MENDONÇA, 2001)

Porém, antes disso, por volta de 1950, surgiram na Inglaterra estudos voltados para os vestígios da industrialização, coordenados por Donald Dudley, professor da Universidade de Birmingham. Clark (*apud* Thiesen, 2014) afirma que esses estudos, desenvolvidos no campo da arqueologia, deram origem a expressão "arqueologia industrial" e abriram um novo campo de investigação centrado no conhecimento sob os aspectos materiais da Revolução Industrial.

Em relação a este tema, existe ainda a expressão *Brownfields*, de origem norte-americana que significa "campos marrons", e que se refere à lugares que desenvolveram no passado atividades industriais ou comerciais e que possuem no presente potencial para reutilização, desde que possua baixa concentração de lixo tóxico.

A seguir, serão apresentadas algumas imagens que caracterizam o objeto *Friche* nos seus aspectos físicos e espaciais. As imagens retratam o abandono e as patologias na escala urbana (conforme figura 10), na escala do edifício (conforme figura 11), e na escala do artefato (conforme figura 12).



Figura 10: Buda Marly Carcoke - Bélgica, Brabante Flamengo, Bruxelas (Willebriek-Canal) Coqueria. Parcialmente demolido. Foto: Erwin Heeren. 2004¹⁰

¹⁰ Disponível em http://www.uzines.org/photo_pays.php?idPhotos=360143&idCat=8 Acesso em 10 jun. 2014

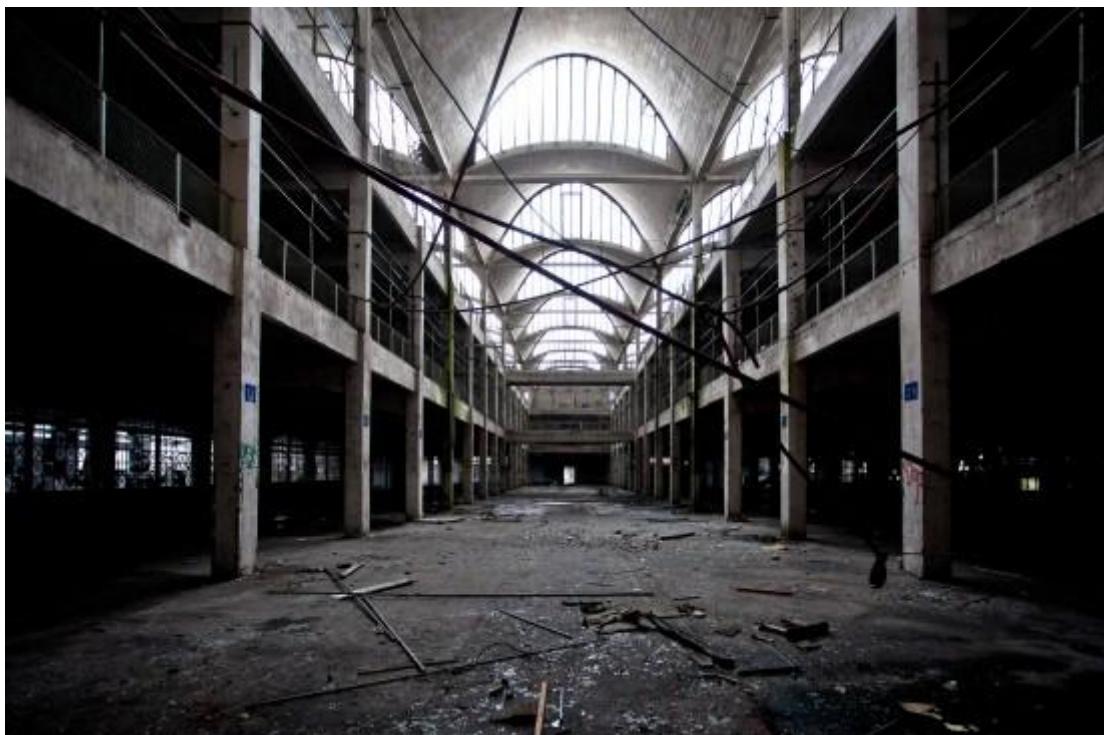


Figura 11: A Catedral Industrial abandonada – Estação de Saint Pierre des Corps.¹¹



Figura 12: Friche Industrielle L'usine Safea, Bélgica - Válvulas de porta, polia de um guindaste e diferentes oficinas de fundo. Foto: Pierre Henry Muller.¹²

¹¹ Disponível em <http://saintpierredescorps.blog.lemonde.fr/2012/01/23/le-magasin-cathedrale/>
Acesso em 08 jun. 2014

¹² Disponível em Fonte: site: <http://www.boreally.org/industrie-abandon/safea-usine-engrais-azote-belgique/attachment/robinets-vannes-poulie-pont-roulant-fond-friche-industrielle-usine-safea/> Acesso em 09 jun. 2014

Destaca Mendonça (2001) que a França, em fins da década de 70 e início da década de 80 do século passado, surgiu uma demanda de estudos de planejamento e ações governamentais para reverter problemas que se agravaram nesse período, gerados por crises econômicas em velhas regiões e subúrbios industriais que precisavam revitalizar suas economias. A partir de então foram realizados estudos e publicações relatando ações de reabilitação das *friches* para determinadas regiões na França. Conforme Mendonça, nestas publicações constatou-se que os franceses utilizaram referências a textos britânicos que tratavam profundamente o conceito de “vazios industriais”. O primeiro estudo básico francês sobre os vazios industriais foi publicado em 1978, denominado *Les Fiches Industrielles Dans La Région Nord-Pas de Calais, Dossier de Travail, Lille, Béture, 1978*. Outro estudo feito na mesma época foi *Les Fiches Industrielles en Ile de France: Définition, Inventaire, Espériences de Réaffectation*, publicado pelo IAURIF¹³ em 1980. Foi a partir deste último que se constatou a importância do fenômeno, das possibilidades de revitalização destas áreas abandonadas e da tomada de consciência sobre as políticas de intervenção para estes espaços. Desde então se multiplicaram os estudos e as publicações sobre o tema, contribuindo para a difusão de informações sobre a prática de reutilização e revitalização dos vazios urbanos em outros países.

Nas cidades européias as *friches* industriais são consequências de mudanças da estrutura econômica, mudanças nas tecnologias dos sistemas produtivos, e das guerras. No Brasil há *friches* industriais em diversas cidades, principalmente naquelas que tiveram um passado industrial significativo e foram sucedidas por crises econômicas, e/ou pelo deslocamento dos espaços industriais para áreas periféricas ao perímetro urbano, geralmente novos Distritos Industriais, como foi o caso de Pelotas.

Consoante Britto (2011), as crises econômicas que vieram a afetar diretamente as indústrias da região sul têm início lá na crise mundial da bolsa de valores de Nova York em 1929, a qual promoveu a diminuição das exportações dos produtos agrícolas afetando diretamente a base da economia

¹³ IAURIF - Institut d'Aménagement et d'Urbanisme de la Région Ile de France, é uma organização de interesse público criada pelo Governo em 1960 e anexado ao Conselho Regional de Ile de France em 1983. Participa no desenvolvimento e gestão da área metropolitana de Paris há 40 anos.

brasileira, que perdeu poder de importação de produtos industrializados como equipamentos e maquinários. Assim, a industrialização brasileira não consegue acompanhar no mesmo ritmo o processo de industrialização mundial, tanto por ter tido uma industrialização tardia, como por ter sido afetada pela crise. Enquanto isso, o Governo Vargas promoveu uma política de fortalecimento do mercado nacional e investimentos em redes de transporte interestaduais, incentivando a expansão e integração dos mercados regionais. Porém, o discrepante investimento feito no setor industrial da região sudeste do país promoveu uma competição desigual entre essa região e as demais. O setor industrial no sul do país sobreviveu por mais algum tempo em virtude do aumento das exportações no período entre guerras. Posteriormente, o plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek gerou aumento do desequilíbrio entre os estados, priorizando os investimentos públicos na região sudeste. Esse foi um dos principais fatores desencadeadores da estagnação industrial na região sul.

As cidades de Pelotas e Rio Grande sentiram os efeitos dessa valorização industrial na região sudeste, principalmente no setor têxtil, o qual sofreu uma desaceleração devido à concorrência com a indústria paulista e carioca entre os anos de 1950 e 1960. Após um período de estagnação, na década de 1970, Pelotas retoma sua produtividade industrial no setor alimentício. Em virtude desse novo crescimento, que demandou novas plantas industriais e a construção da nova rede de transporte rodoviário, foi construída uma nova zona industrial localizada às margens das BRs 116, 392 e 471, e reconhecida como Distrito Industrial.

A antiga zona industrial localizada em torno do porto e da malha ferroviária, não foi capaz de manter em funcionamento as atividades industriais, pois essas atividades não eram mais compatíveis com a dinâmica urbana, gerando problemas ambientais, destruição de vias, congestionamento de tráfego, entre outros transtornos à população. Desta forma, a antiga zona industrial da cidade passa a abrigar os antigos prédios e ruínas industriais remanescentes do período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX, que podem ser identificados como *friches* industriais, e considerados como os vestígios do patrimônio industrial pelotense.

Remetendo-se novamente ao exemplo da França, que optou por dar grande visibilidade ao fenômeno através da apresentação simultânea de

soluções específicas para o tratamento de *friches* pontuais, tornando-se relevantes para o conjunto das práticas sociais de reabilitação das antigas regiões industriais. Lá, as ações iniciam-se pela identificação das *friches* e pela elaboração de propostas específicas para cada bairro ou região, que tem o apoio parcial ou exclusivo do setor público na intervenção para o restabelecimento das condições necessárias à reintegração dos locais abandonados no atual contexto urbano. Esclarece Mendonça (2001), que as propostas específicas podem atender a diferentes finalidades, serem elaboradas com diferentes conceitos, e realizadas por diferentes agentes. Um exemplo é o tipo de intervenção com caráter de “ação polivalente”, realizada por agentes privados, em locais onde há grande concentração de *friches*, e voltada para o desenvolvimento de atividades comerciais, habitacionais e de atendimento aos serviços urbanos, o outro possui um caráter de “preservação dos monumentos industriais” que tira partido do valor de unicidade que determinado *friche* possui e apresenta uma proposta específica, buscando a preservação da identidade cultural e do patrimônio, geralmente voltado para atividades como museus e *châteaux*.

A revolução técnico-científico-informacional, presenciada nas últimas décadas, proporcionam à indústria moderna o estabelecimento de processos produtivos em vários lugares, simultaneamente, liberando assim as indústrias de seus antigos vínculos espaciais, ao mesmo tempo em que acirrou a competição numa economia cada vez mais globalizada. Diante desse panorama, percebe-se que o novo modelo de industrialização pegou um caminho sem volta, tornando as *friches* industriais espaços obsoletos para o atual uso industrial, e, portanto, novos usos devem ser planejados.

Para Rietbergen (1989), a reutilização apresenta-se como uma boa alternativa para países em desenvolvimento como o Brasil onde, por falta de uma política de preservação específica para este tipo de patrimônio, as *friches* se transformam em ruínas ou são demolidas. Para ele a conservação proveniente da prática de reutilização é mais concreta do que a conservação proveniente da proteção oficial simplesmente, já que “Conservando apenas pelo valor industrial, corremos o risco, no melhor dos casos, de ter um espaço com a função de museu”. (RIETBERGEN *apud* MENDONÇA, 2001)

Existem diversas iniciativas de valorização desses espaços urbanos degradados, através da sua restauração e/ou revitalização, além da

reutilização, muitas vezes com o desenvolvimento de outros usos bem diferentes daquele para o qual o prédio foi construído. Alguns exemplos, são o do “Brásmitte” que é um projeto artístico que se refere a dois centros urbanos em ruínas: o Brás em São Paulo e o Mitte em Berlim; e o SESC-Pompéia em São Paulo, citados por Ferraz (2008), que transformou, em 1977, a antiga fábrica de tambores em centro de cultura e lazer, sendo a arqueologia industrial um dos conceitos norteadores do projeto. Essas iniciativas foram possíveis através de ações políticas e culturais de salvaguarda, conjuntas entre poder público e iniciativa privada.

Nos últimos anos, o perfil econômico da cidade de Pelotas se consolida através do comércio e da prestação de serviço, em detrimento da indústria, e em relação à economia do estado, a produção industrial na cidade vem apresentando decréscimos desde o final da década de 90. Diante dessa desvalorização do setor, a cidade vem tentando encontrar novas formas de solucionar as problemáticas espacial e econômica, atribuindo novos usos a estes espaços, para que possam gerar novos ganhos para a cidade.

Alguns projetos de pesquisa com o objetivo de reutilização de prédios ociosos vêm sendo desenvolvidos na cidade pela Universidade Federal de Pelotas desde a década de 80. Em 1986, o projeto Universidade na Cidade teve como proposta a ocupação da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos para implantar parte dos cursos da UFPel, minimizando o isolamento da universidade que encontrava-se concentrada no campus, cuja localização fica no município vizinho de Capão do Leão. Em 1989, o projeto Aquisição e Reciclagem do prédio da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos veio intensificar as justificativas defendidas no projeto anterior, relacionadas ao compromisso da universidade com a preservação do patrimônio histórico, com a ocupação da zona do porto, e com o fortalecimento da idéia para a criação de um “corredor cultural” formado pela ocupação de outros prédios de significativo valor cultural. Ambos projetos não chegaram a ser concretizados.

Desde final da década de 90 a universidade vem adquirindo imóveis, como antigos prédios industriais e pavilhões, localizados na zona portuária da cidade, com o objetivo de ocupação dessa zona. Atualmente, em razão do programa REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – a UFPel ampliou seus cursos e necessitou de mais espaço físico. Entre 2005 e 2009 a universidade adquiriu a área do antigo Frigorífico Anglo, e de lá pra cá

outros prédios industriais foram adquiridos, como o da Cotada S.A., da Cervejaria Brahma (antiga Cervejaria Sul-Riograndense) e da Laneira Brasileira S.A. A medida adotada pela universidade, para ampliar sua área física, recupera as estruturas preexistentes que se encontram ociosas e em processo de degradação, reabilitando-as e inserindo-as novamente ao contexto urbano, contribuindo para a sustentabilidade da cidade.

No decorrer da prática adotada pela universidade surge outro projeto intitulado Inclusão da Ociosidade¹⁴, realizado pela FAUrb em 2006, que vai ao encontro da política de desenvolvimento do espaço físico da UFPel, pois seu objetivo, o de identificar os prédios ociosos com potencial para reutilização, possui um caráter sustentável e norteador das ações já adotadas pela universidade. Além disso, devido sua importância também para o planejamento urbano municipal, o projeto foi incluído no III Plano Diretor de Pelotas, contribuindo para a construção e difusão de novos conhecimentos dentro desta temática.

Quanto às tendências de usos que se desenvolvem em Pelotas, para a reutilização das antigas estruturas industriais, percebe-se que majoritariamente são realizadas pela universidade, é destina-se à usos para fins acadêmicos, culturais e administrativos.

2.1.5 Valores e teorias do restauro

As obras de arte e arquitetura são consideradas manifestações culturais de uma sociedade e/ou de uma época, pois ela é a materialização de uma idéia ou ideologia que reflete os aspectos econômicos, sociais e artísticos de um determinado momento histórico.

Cada movimento, como por exemplo, o Barroco, o Iluminismo, a Revolução Industrial, ou o Modernismo, carrega consigo o “espírito da época” que significa os sentimentos e ideais compartilhados coletivamente entre os sujeitos históricos de cada um desses períodos. Conforme Hegel, cada época possui um espírito, o *zeitgeist* – “espírito da época”, ou o *volksgeist* – “espírito do povo”. (SINGER, 2003) As obras, produzidas em cada um desses contextos

¹⁴ A INCLUSÃO DA OCIOSIDADE: uma metodologia para inventariar imóveis urbanos ociosos. O caso de Pelotas (RS). Relatório Final da Pesquisa. CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico. Desenvolvido pelo Grupo Estruturas Ambientais Urbanas e Rurais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas. Julho 2006.

comunicam através de sua imagem. Os elementos e a disposição deles na composição da obra geram uma trama que transmite um determinado discurso. Através dessa narrativa da imagem, a obra conta uma história, documentando assim o espírito da sua época, e transmitindo-o às atuais e futuras gerações.

Para Riegel (2008), as obras podem ser produzidas com o intuito de manter viva a memória desse momento histórico, e neste caso ela é intencional, ou podem ser produzidas sem essa intenção, vindo a ser reconhecidas pelo seu valor histórico e artístico posteriormente, pelas novas gerações, as quais irão eleger como exemplar a ser preservado por ser significativamente representativo de um determinado momento histórico. Com isso, a diferença entre elas está na condição de que o monumento intencional possui uma rememoração imposta pelos seus criadores, enquanto que o monumento não intencional possui uma rememoração determinada pelas futuras gerações.

Devido à capacidade de registro, a obra de arte e/ou arquitetura pode ser considerada um documento que contém informações sobre determinado momento histórico, sendo assim ela é portadora de valor histórico. Vê-se portanto que os valores artísticos estão compreendidos nos valores históricos e vice-versa, porém esses valores são distintos.

Ressalta Riegel (2008), que o valor histórico de um monumento ou obra de arte está no seu potencial para representar uma determinada etapa dentro da trajetória evolutiva de algum processo criativo ou produtivo da humanidade. Pode-se ainda entender como de valor histórico aquilo que existiu e não existe mais, pois foi superado pelo novo, sendo que este não teria surgido sem aquele, ficando clara sua contribuição dentro da cadeia evolutiva. O valor histórico de uma obra será maior quanto menor as alterações sofridas em relação ao seu estado original sejam elas intervenções humanas ou ações naturais, ou seja, quanto mais autêntico mais fiel serão as informações fornecidas pela obra para a investigação histórico-artística no presente e no futuro.

O autor salienta que o valor artístico de uma obra ou monumento está no seu potencial de comunicar, através da imagem, forma, cor e concepção, e ser captado por meio dos sentidos humanos. Essa relação entre o conteúdo da obra e a sua apreciação pelo observador pode ser considerada como uma experiência estética, onde a beleza da obra é captada de forma subjetiva

através da percepção sensível do observador. Mesmo que a subjetividade do belo seja muito pessoal, cada época, ou “espírito da época”, define o seu ideal de belo. Os critérios de beleza sempre estiveram relacionados à arte. Desde a Grécia antiga o belo esteve baseado na razão e em padrões absolutos, a partir do Romantismo, movimento contemporâneo ao Iluminismo, a partir do qual surgiu a modernidade, foi responsável pela mudança mais radical desse conceito, e consequentemente do valor artístico. O conceito de belo esteve relacionado a padrões pré-estabelecidos até o surgimento da Crítica do Juízo de Kant, que defende a formulação *à posteriori* do juízo de valor estético pelo indivíduo, a partir do “ver” ou “experimentar” algo.

O valor de antiguidade é outro que deve ser destacado neste trabalho. Ele pode ser considerado como intermediário entre o valor histórico e artístico, e está relacionado à percepção sensível das obras e monumentos. Este valor é captado pela aparência, pois, ele não representa nem documenta etapas significativas dentro de uma cadeia evolutiva, sendo assim sua história é desconhecida. Porém os registros visuais, impressos na pátina, nos musgos, na ruína, transmitem uma emoção barroca, que pode ser captada pelo drama da degradação, ou pelo conflito existente entre a grandeza no passado e a decadência no presente. Essa experiência estética é proporcionada pelas obras e monumentos portadores de valor de antiguidade. Uma obra com esse valor não possui registro histórico ou documento que comprove sua colaboração como protagonista dentro de um processo produtivo, mas sua aparência comprova que foi figurante de um momento histórico já superado. Para Riegl (2008) são os efeitos de desintegração e degradação naturais que proporcionam à obra o efeito estético que garante o valor de antiguidade. Um exemplo disso são as ruínas, que quanto mais sucumbidas pela erosão mais pictóricas elas ficam.

O valor de conjunto, apresentado a seguir, caracteriza-se pelo coletivo, e com isso contém outros valores compreendidos em si, como o afetivo, a qualidade visual do ambiente e a paisagem urbana.

Na Carta Patrimonial de 1976, denominada Recomendação de Nairóbi, encontra-se com definição para conjunto histórico “todo agrupamento de construções e de espaços, (...) tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.” A Carta define também como

“ambiência” desses conjuntos “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. (Carta Patrimonial, 1976. pg. 3)

Assim como a obra de arte, a cidade se constitui numa trama que transmite um determinado discurso, e que é captado de forma sensível pelos seus observadores. Para que uma cidade seja considerada bela e aprazível, não significa que ela deva possuir diversos espaços e elementos belos, até porque a concepção de belo é subjetiva. A beleza da cidade pode ser atribuída por sua clareza ou legibilidade, pois estes atributos promovem a qualidade visual do ambiente. Uma boa imagem ambiental oferece ao seu observador um importante sentimento de segurança emocional, estabelecendo-se uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. A clareza e legibilidade de uma cidade dependem de uma estrutura legível, formada por elementos estruturadores do espaço legíveis, como vias, bairros, limites e marcos, agrupados de maneira reconhecível. (LINCH, 1997)

Para Linch, existe uma série de indicadores fundamentais para o senso de orientação dos animais dentro do seu ambiente:

“Estruturar e identificar o ambiente é uma capacidade vital entre todos os animais que se locomovem. Muitos tipos de indicadores são usados: as sensações visuais de cor, forma, movimento ou polarização da luz, além dos sentidos como o olfato, a audição, o tato, a cinestesia, o sentido de gravidade e, talvez, dos campos elétricos ou magnéticos.” (LINCH, 1997, p.3).

A apreensão do espaço pode se dar através de uma espécie de pensamento corporal. Merleau-Ponty (*apud* LACOSTE, 1996) coloca a *cogito* corporal no lugar da consciência como sujeito ativo da percepção, permitindo que a assimilação do ambiente seja experimentada através do corpo. O olho vê em conjunto com os outros sentidos, e o conhecimento do espaço se dá através do deslocamento do corpo, e nesse movimento é possível perceber as possibilidades e limites.

A imagem ambiental é o resultado de um processo bilateral, entre observador e seu ambiente, onde o observador através da legibilidade do espaço seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê. Durante esse processo o espaço passa à condição de lugar, ou seja, “O espaço transforma-se em lugar na medida em que adquire definição, significado e uma carga

emocional para o observador; quando podemos entendê-lo e coordená-lo através dos sentidos, conhecimento e sensações, ele torna-se lugar." (TUAN *apud* DEL RIO, 1990, p. 95). Com isso, "a população busca perceber lugares familiares em seu ambiente construído que estejam carregados de memórias significativas e que possam gerar-lhes estabilidade psíquica e social." (DEL RIO, 1990, p. 96).

Com isso, pode-se dizer que o valor afetivo está relacionado à essa carga emocional que o lugar transmite ao seu observador, e que é captado de forma sensível por ele. O valor da qualidade visual do ambiente está contida na organização dos elementos estruturadores do espaço, de modo a permitir uma imagem legível da cidade ou do objeto arquitetônico. O valor de conjunto está relacionado à trama formada pela ligação entre todos os elementos que compõe a imagem ambiental e que juntos garantem a estabilidade emocional do observador.

Além dos valores a serem considerados em um bem patrimonial, serão abordados aqui os princípios fundamentais da restauração, baseados na obra *Teoria da Restauração* de Cesare Brandi, considerada a teoria mais atual devido aos avanços na concepção da prática do restauro, os quais ainda não foram superados. Brandi contribuiu fundamentalmente para consolidar o restauro como ciência, definindo-a como: "momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transição ao futuro." (BRANDI, 2004, p.30) Para ele o restauro deveria se afastar do empirismo e da intervenção arbitrária de um único indivíduo, devendo ser realizado de forma multidisciplinar, com a participação de restauradores, historiadores da arte e cientistas.

O trabalho desenvolvido por Brandi, no Instituto Central de Restauração, baseado em investigação científica, atividade operacional e didática, possibilitou o desenvolvimento de um método para a solução de um problema recorrente e complexo do restauro, a reintegração de lacunas. Para ele, "Uma lacuna, naquilo que concerne à obra de arte, é uma interrupção no tecido figurativo. Mas contrariamente àquilo que se acredita, o mais grave, em relação à obra de arte, não é tanto aquilo que falta, quanto o que se insere de modo indevido." (BRANDI, 2004, p.48-49) Esse problema, caracterizado pela falta de definição da imagem após a recolocação dos fragmentos no seu devido lugar,

deveria ser resolvido de tal maneira que a imagem recuperasse sua definição através da recomposição da continuidade entre os fragmentos, sem que essa recomposição fosse confundida com a original. No método desenvolvido por Brandi, quando examinado de perto se percebe a integração dos fragmentos através de filamentos distintos dos originais, porém, quando vistos de longe eles se camuflam aos fragmentos, possibilitando a definição da imagem. Os filamentos propostos por Brandi são feitos em aquarela, que é um material totalmente reversível, permitindo intervenções e tratamentos posteriores.

Essa reversibilidade ou “trabalhabilidade”, e a distinguibilidade são princípios fundamentais para a prática de restauração, e recomendados pela teoria brandiana de modo que “qualquer intervenção de restauro não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (BRANDI, 2004, p.48), e que também “deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir. Desse modo, a integração deverá ser invisível à distância de que a obra de arte deve ser observada, mas reconhecível de imediato, e sem necessidade de instrumentos especiais, quando se chega a uma visão mais aproximada” (BRANDI, 2004, p.47). Além disso, a consciência de intervir o mínimo necessário, e a intervenção sem alterar o conteúdo da obra são outros princípios ressaltados por Brandi quando diz que “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p.33) A unidade potencial da qual Brandi fala, significa a singularíssima unidade da qual goza a obra, algo como o “espírito da obra”, pela qual sua forma é concebida como indivisível, não podendo ser considerada como composta por partes, e devendo subsistir potencialmente como um todo.

A condenação ao falso histórico é reafirmada por Brandi, considerando que este princípio já havia sido anunciado anteriormente através da Carta Patrimonial de Veneza, de 1964, recomendando que “Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.” (Carta Patrimonial, 1964. pg. 3)

Entende-se como pertinente trazer à tona a questão da ruína, por seu estado físico caracterizar-se como um limite existencial extremo da obra que está prestes a desaparecer, e por este ser um dos estados característicos das *friches* industriais. Conforme Brandi a restauração quando voltada para a ruína deve garantir a salvaguarda do seu *status quo*, excluindo de forma implícita a possibilidade de intervenções diretas. Sob o ponto de vista estético, a ruína caracteriza-se pelo “remanescente da obra de arte que não pode ser reconduzido à unidade potencial, sem que a obra se torne uma cópia ou um falso de si própria.” (BRANDI, 2004, p.78) Sob o ponto de vista histórico a ruína caracteriza-se como testemunho mutilado de uma obra ou de um evento humano, devendo ser mantido esse aspecto documentário. (BRANDI, 2004, p. 64-78)

Por fim, a teoria brandiana caracteriza-se como “restauro-crítico” por considerar que cada caso pode ser único e envolve a análise e reconhecimento da obra nos seus aspectos físicos e formais, e de sua transformação ao longo do tempo, para a partir daí, através do ato crítico, acordar a intervenção junto às instâncias estética e histórica, com o intuito de valorizar e transmitir a obra ao futuro.

2.2. A Laneira Brasileira S.A.

Os temas apresentados neste subcapítulo, *A Laneira Brasileira S.A.*, tratam especificamente do objeto de estudo, que é o prédio do antigo lanifício, e que se caracteriza como um estudo de caso dentre as *friches* industriais pelotenses, que por sua vez constituem o patrimônio industrial pelotense. Aqui a Laneira será abordada em três tempos, no presente, no passado e no futuro, a fim de demonstrar as diferentes condições em que um mesmo objeto pode se encontrar ao longo da sua existência. Essa abordagem será feita através da análise das imagens, geradas pelo levantamento “*in loco*”, que mostra sua condição de *friche* no momento presente; da apresentação da trajetória histórica, desde sua criação até o encerramento de suas atividades, que mostra a Laneira no momento passado; e da reflexão sobre a proposta de reabilitação do prédio para reintegração às funções sociais da cidade, como integrante do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pelotas no seu momento futuro.

2.2.1 A Laneira Hoje – *Friche Industrial Pelotense*

Tendo como referência o conceito de *Friche Industrielle* apresentado anteriormente, pode-se afirmar que hoje a Laneira é uma *Friche Industrial*, mesmo tendo sido incorporada recentemente (em 2010) ao patrimônio da Universidade Federal de Pelotas, e que em algumas de suas dependências venham sendo desenvolvidas atividades acadêmicas e culturais.

A Laneira Brasileira S.A. chegou à situação de *Friche* devido ao processo de desindustrialização que sofreu, causado por crises econômicas, mudanças tecnológicas e problemas administrativos. A lã foi um produto supervalorizado no mercado internacional, desde a primeira guerra mundial até a década de 80. Segundo Viana e Silveira (*apud* ARGENTA; RAMOS; GOULARTE, 2013), na década de 90 o mercado internacional da lã sofreu grandes impactos, quando a Austrália, principal produtora mundial de lã, em pleno início do processo de globalização das economias, provocou a queda nos preços por possuir elevados estoques do produto. Somou-se a isso o início da produção de fios sintéticos e mistura de fibras, produzidos com novas tecnologias, provocando uma crise internacional no setor que se estendeu ao longo da década de 90, fazendo com que muitos produtores desistissem da atividade. De acordo com Ferreira (2011), o Sr. Francisco¹⁵, ex-funcionário da Laneira, considera que alguns administradores não se mostraram capazes de gerir a indústria, diante dos novos desafios que se apresentavam. Além disso, os funcionários da fabrica consideraram que o encerramento das atividades ocorreu de forma inesperada, pegando-os de surpresa, tanto que grandes estoques e quantidades de pedidos para ser entregues ficaram pendentes. Provavelmente, o material remanescente seja o mesmo que se encontra atualmente espalhado em meio aos destroços do prédio.

A fábrica encerrou suas atividades em abril de 2003. O antigo espaço de produção encontra-se abandonado, e desde o fim das atividades o prédio iniciou um processo de degradação da sua estrutura física por falta de

¹⁵ Sr. Francisco Carlos Correia da Cruz. Atribuição: Balanceiro/ Porteiro. Período de trabalho: 05/01/1981 até 15/10/1996 - Abril de 2002 até abril de 2003. O Sr. Francisco era antigo trabalhador do curtume Santa Fé. Em 1980 em um jogo de futebol machucou seriamente os tornozelos, lhe causando dificuldades de locomoção, por isso antes mesmo de sua recuperação foi demitido, entrando para a Laneira anos mais tarde.

manutenção. Alguns equipamentos remanescentes encontram-se desativados no interior da fábrica, outros foram vendidos para saldar dívidas trabalhistas.

A política da universidade prevê o reaproveitamento das antigas estruturas industriais para o uso acadêmico e cultural, tanto que encontra-se em desenvolvimento o projeto para sua reutilização, o qual está sendo elaborado pela própria universidade. As atividades desenvolvidas atualmente no local possuem um caráter temporário e estão ocorrendo nos lugares que se encontram em melhor estado de conservação.

A seguir serão apresentadas algumas fotos do levantamento fotográfico, realizado nos dias 09 e 10 de novembro de 2013. As imagens mostram a principal característica física das *friches* que são as patologias das edificações, causadas pela falta de manutenções após o abandono do prédio. Um dos problemas mais graves é o desabamento das coberturas, pois este elemento construtivo é o principal responsável pela proteção interna do edifício, e sua ausência traz graves danos à integridade dele.

A figura 13 mostra o antigo setor administrativo da Laneira, sobre o qual a cobertura desabou, deixando o lugar totalmente exposto ao meio ambiente, e suscetível às ações do vento, chuva e variações de temperatura. Observa-se o acúmulo de umidade no interior do prédio, promovendo o desenvolvimento de agentes biológicos, como os musgos nos revestimentos internos das paredes e do piso, e o apodrecimento das estruturas de madeira.



Figura 13: Antigo setor administrativo – Laneira Brasileira S.A. Ação de agentes biológicos e acúmulo de umidade devido à ausência de cobertura. Foto: Autor/2013.

Mesmo pequenas lacunas na cobertura são suficientes para iniciar um processo de degradação do ambiente interno. A figura 14 mostra a antiga “praia de lavanderia” cujo revestimento de piso era em madeira, o qual vem se desprendendo devido à ação da umidade proveniente das falhas da cobertura.



Figura 14: Antiga “praia de lavanderia” – Laneira Brasileira S.A. Desprendimento do revestimento do piso devido à umidade proveniente das falhas na cobertura. Foto: Autor/2013.

Mais um desabamento de cobertura pode ser observado na figura 15. Nela percebe-se a decomposição da estrutura de madeira do telhado, espalhada no pátio interno. Neste caso, a cobertura além de proteger o corredor existente entre os dois galpões, ela também protegia a edificação, no canto esquerdo da imagem. Essa ausência da cobertura promove a exposição dos lugares à ação do meio ambiente e degradação dos revestimentos de parede.

As argamassas de revestimento são importantes elementos de composição dos prédios por protegerem as alvenarias das ações do meio ambiente, e seu desgaste possibilita a entrada de umidade e outros agentes no interior da alvenaria, podendo afetar a coesão interna entre os tijolos, provocando o desabamento das paredes. Ainda na figura 15 se observa que as redes de coleta pluvial também estão destruídas, conduzindo as águas da chuva para locais inadequados, jogando a água da chuva diretamente sobre a parede, intensificando a degradação do revestimento.



Figura 15: Pátio interno – Laneira Brasileira S.A. Destrução da cobertura e das tubulações de coleta pluvial, e desgaste das argamassas de revestimento. Vista a partir do buraco na parede (ver figura 4). Foto: Autor/2013.

A figura 16 mostra o antigo setor de fiação bastante comprometido. Apesar deste lugar ainda conter sua cobertura, as muitas vidraças quebradas das esquadrias, localizadas no topo das paredes, possibilitam a entrada de umidade e vento, contribuindo para a destruição do forro. Aqui se repete o problema causado pela quebra das tubulações da rede de coleta pluvial, porém conduzindo as águas para o interior do prédio, intensificando a degradação do revestimento interno. Esse problema pode ser observado nos cantos direito e superior esquerdo da figura. O acúmulo de água no interior do prédio também provocou o descolamento das placas de revestimento do piso e o aparecimento de espécies vegetais típicas de ambientes úmidos, como samambaias e musgos. Além disso, restos de mobiliário entre outros materiais do cotidiano da empresa encontram-se espalhados, intensificando o aspecto de abandono do local.



Figura 16: Antigo setor de fiação – Laneira Brasileira S.A. Infiltração e acúmulo de umidade, ação de agentes biológicos, destruição do forro, e resto de material da fábrica. Foto: Autor/2013.

A figura 17 mostra o antigo setor de caldeiras. A cobertura, tipo lanternin, mantém sua estrutura erguida, apesar do mau estado de conservação. A umidade no interior do prédio é um indício de que há lacunas na cobertura, provocadas por telhas quebradas ou pela ausência das lâminas do lanternim. A infraestrutura de apoio ao funcionamento das caldeiras encontra-se praticamente toda destruída. O local encontra-se cheio de óleo esparramado pelo chão, e de tubulações de ferro quebradas. Esse óleo era utilizado como combustível de um tipo de caldeira, o outro era à base de lenha. Ainda é possível identificar a estrutura de ferro que servia de apoio para o reservatório elevado de água quente e a sua escada de acesso.



Figura 17: Antigo setor de caldeiras – Laneira Brasileira S.A. Destrução das estruturas de apoio do reservatório de água quente e estruturas de piso. Ação de agentes químicos e biológicos, e acúmulo de umidade. Foto: Autor/2013.

A figura 18 mostra o pátio dos fundos da antiga fábrica, onde se observa o abandono e a falta de manutenção geral do prédio. É possível ver externamente as vidraças quebradas do antigo setor de fiação (figura 15) e a abertura do lanternin parcialmente destruída no setor das caldeiras (figura 16). A grama alta e os restos de materiais espalhados pelo pátio reforçam o abandono.



Figura 18: Pátio dos fundos – Laneira Brasileira S.A. Vidraças quebradas permitindo a entrada de umidade no interior do prédio. Falta de manutenção geral do prédio. Foto: Autor/2013.

A figura 19 mostra a planta baixa do prédio com a localização do autor no ato de captura das referidas imagens.

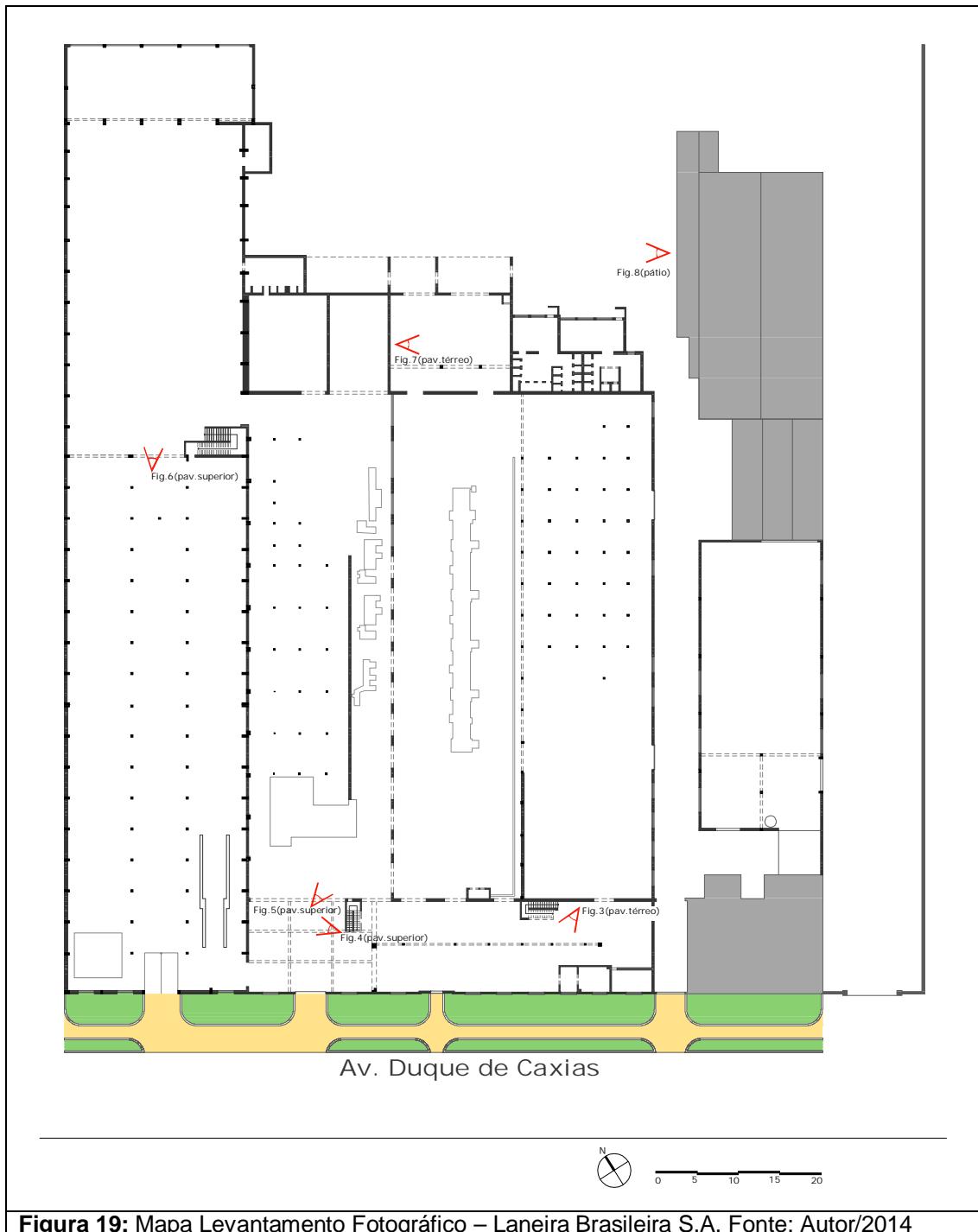


Figura 19: Mapa Levantamento Fotográfico – Laneira Brasileira S.A. Fonte: Autor/2014

Mesmo com sua estrutura física cheia de lacunas e bastante comprometida, o prédio não atingiu seu estado de ruína, mantendo ainda sua unidade potencial, ou seja, sua arquitetura industrial moderna ainda é reconhecível, sendo um dos poucos exemplares industriais com características típicas desse período e relativamente preservado, tornando a Laneira Brasileira S.A. um objeto portador de valor artístico e arquitetônico.

2.2.2 A Laneira Ontem – A Fábrica de Lã

A seguir, serão apresentadas a maneira como se deu o processo de instalação da fábrica, a anexação dos prédios de forma cronológica, e as atividades desenvolvidas pela fábrica no passado, durante seu pleno funcionamento.

Inicialmente, foram obtidas informações referentes às atividades desenvolvidas pela fábrica, primeiro através de pesquisa oral, realizada com o Sr. Marco Aurélio¹⁶, e depois através de pesquisa documental feita sobre o trabalho de Ferreira (2011), intitulado *Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas*, que além de propor um inventário para o Patrimônio Industrial de Pelotas, apresenta um estudo de caso sobre a Laneira Brasileira S.A. que é um dos exemplares desse inventário. A pesquisa oral é recomendada pela Carta Patrimonial de Nizhny Tagil como uma importante forma de registro do patrimônio industrial. “As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser registradas e conservadas, sempre que possível.” (TICCIH, 2003) Num segundo momento foram obtidas informações sobre o processo de instalação e anexação dos prédios de forma cronológica. As informações foram obtidas através de um levantamento feito pelo corpo técnico da UFPel, e através do trabalho de Ferreira (2011), porém as informações geraram divergências.

O levantamento feito pelo corpo técnico da universidade indica uma cronologia baseada na data de construção dos prédios, enquanto que o trabalho de Ferreira apresenta informações de compra dos imóveis, registradas em cartório. Devido à discrepância entre as informações, foi gerado um documento, denominado Apêndice 1, no qual constam o levantamento feito pela UFPel e a representação gráfica baseada na interpretação de dados do registro de imóvel, com a finalidade de apresentar um comparativo entre essas duas fontes de informação.

Conforme Ferreira, o cartório de registro de imóveis possui informações de compra de imóveis para abrigar a planta industrial da Laneira Brasileira S.A.

“No dia 07 de abril de 1949 aparece registrada a compra de
prédio de alvenaria na forma de armazém à rua Daltro Filho, com 13

¹⁶ O Sr. Marco Aurélio é ex-funcionário da Laneira Brasileira S.A. Trabalhou na fábrica entre os anos de 1990 até seu fechamento em 2003, desempenhando o cargo de chefe da fiação. Natural de Santana do Livramento, ele trabalhou no Lanifício Albornoz até ser transferido para Pelotas para assumir a função na Laneira Brasileira S.A.

aberturas de frente, 5 portas, 5 janelas, 3 portões, referente aos números 100, 102, 104 e 106. No dia 13 de janeiro de 1953 é adquirido terreno ao lado leste do número 104, da rua Daltro Filho, terreno de propriedade da Igreja Episcopal. No dia 31 de dezembro de 1953 é adquirida uma casa residencial na rua Daltro Filho, uma entrada e um portão, números 112 e 114, respectivamente. Em 22 de agosto de 1972 ainda é incorporado um terreno com casa de nº 116.” (FERREIRA, 2011)

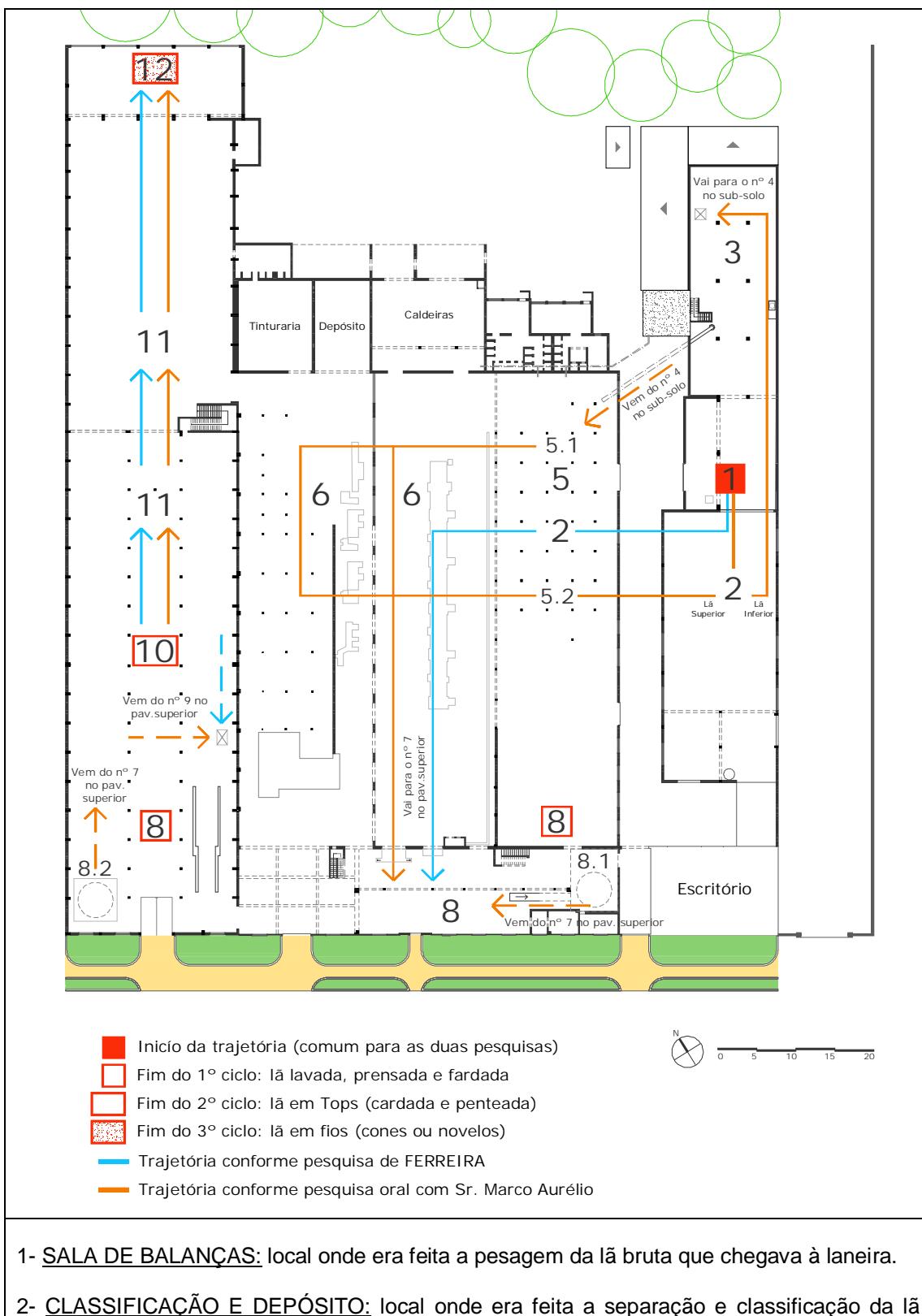
Após a alteração do nome da rua e da unificação dos lotes, a Laneira Brasileira S.A. passa a localizar-se na Av. Duque de Caxias nº 104.

Para apresentar as atividades desenvolvidas pela fábrica, foi realizada pesquisa de campo, em 22 de fevereiro de 2014, junto com o Sr. Marco Aurélio, que percorreu o interior dos prédios relatando as atividades desenvolvidas em cada lugar, identificando a antiga localização dos maquinários através dos detalhes ainda existentes no prédio, como recortes e rebaixos no nível do piso, perfurações nas lajes, alguns suportes suspensos e também alguns resquícios dos antigos equipamentos. O relato feito pelo Sr. Marco Aurélio foi registrado através de anotações sobre um levantamento arquitetônico do prédio, e optou-se por reproduzir estas informações através de registros gráficos os quais serão apresentados a seguir.

As atividades desenvolvidas pela fábrica e o caminho percorrido pela lã no interior do prédio foram identificadas nas plantas baixas (figuras 19, 20 e 23) através de um percurso cuja sequência numérica crescente possui uma legenda explicativa. A representação desse percurso reproduz uma narrativa imaginária do processo produtivo e do funcionamento da fábrica. O percurso foi apresentado em duas versões. Uma delas representa a versão do Sr. Marco Aurélio, que baseado no resgate de sua memória, descreve aquilo que lembra do período em que trabalhou na fábrica. Essa trajetória está representada na cor laranja. O outro percurso foi reproduzido baseado na interpretação feita sobre o trabalho de Ferreira. Essa trajetória está sendo representada na cor azul.

Conforme as pesquisas, pode-se dizer que existiram três ciclos de produção, num deles o fim era o da lã em fardos (lã simplesmente lavada), no outro era o da lã em rolos, ou tops (lãs cardadas e penteadas), e no último era o da lã em cones, ou tipo novelo (lãs em fios). Na sequência apresentada a seguir, o primeiro ciclo inicia no número 1 e finaliza no número 8, o segundo ciclo segue do número 8 até o número 10, e o terceiro segue do número 10 até o número 12.

A figura 20 mostra o início do percurso, que se inicia no local identificado pelo número 1, onde era feito o controle de entrada da lã na fábrica através da pesagem dos fardos, e logo era encaminhada para o local identificado pelo número 2, onde eram feitos a classificação da lã conforme o tipo, e o depósito da lã classificada como superior.



conforme o tipo (finura), e depósito da lã considerada superior.

3- DEPÓSITO DA LÃ INFERIOR: local onde era depositada a lã classificada como inferior (capacho), que posteriormente era levada para o subsolo através do elevador ou do tanque.

4- PREPARO DA LÃ INFERIOR: localizado no subsolo, neste local a lã inferior era preparada para a lavagem, e posteriormente bombeada para a lavanderia através da tubulação. Este preparo se constituía na abertura da lã, que liberava muita poeira e detritos os quais não podiam se misturar com a lã superior, por isso sua localização no subsolo.

5- ARMAZENAGEM DE LÃ: local onde a lã prestes a ser lavada ficava depositada, separadas conforme sua classificação; 5.1 - ARMAZENAGEM DA LÃ INFERIOR: a lã inferior deveria era armazenada nas proximidades da tubulação proveniente do sub-solo; 5.2 - ARMAZENAGEM DAS LÃS SUPERIORES: a lã superior era armazenada nas proximidades do depósito da lã superior.

6 - LAVANDERIA: local onde a lã era lavada, secada e posteriormente bombeada para a “praia de lavanderia”, localizada no pavimento superior.

7 - PRAIA DE LAVANDERIA: local onde a lã era armazenada após a lavagem. A característica da lã armazenada neste local era como se estivesse toda despenteada.

8 – DEPÓSITO E SAÍDA DA LÃ LAVADA, PRENSADA E FARDADA: local onde a lã era depositada logo após sua prensagem e fardagem provenientes das prensas em 8.1 e 8.2; 8.1 - PRENSAGEM DA LÃ LAVADA: local onde encontra-se a prensa Westin. Essa prensa de 2 entradas era mais eficiente, pois enquanto a lã lavada entrava por um lado, ela era prensada e fardada pelo outro. Após a prensagem e fardagem, o fardo descia pela rampa; 8.2 - PRENSAGEM DA LÃ LAVADA: local onde encontra-se a prensa Piratinha Tipo-SE. Essa prensa possuía apenas 1 entrada. A lã entrava, e era prensada e fardada pelo mesmo lado.

10 – DEPÓSITO E SAÍDA DA LÃ EM TOPS: local onde a lã era armazenada após ser enrolada no formato de Tops.

11 – FILATÓRIO OU FIAÇÃO: local onde a lã fiada, ou seja, transformada em fios.

12 – MEADEIRAS E CONICALEIRAS: local onde a lã, já em fios, era enrolada tipo novelos, ou em cones.

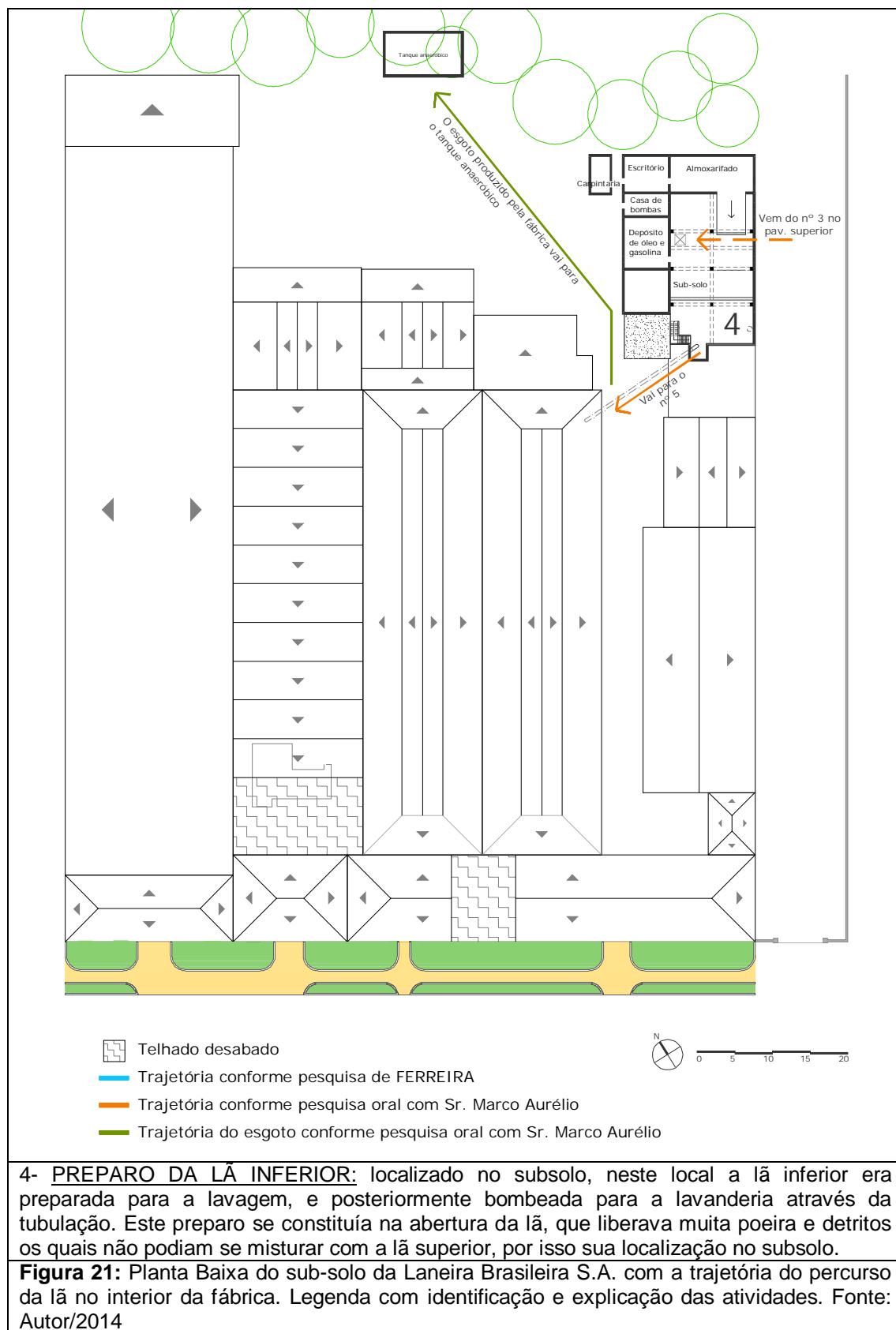
Figura 20: Planta Baixa do Pavimento Térreo da Laneira Brasileira S.A. com a trajetória do percurso da lã no interior da fábrica. Legenda com identificação e explicação das atividades.
Fonte: Autor/2014

A classificação definia dois tipos de lã, em função da sua finura, as superiores, que eram as mais finas (quanto mais fina mais valiosa) e as inferiores, também denominadas de “capacho”, que eram as mais grossas e sujas. A separação das lãs já ocorria desde a tosquia, lá na propriedade rural.

A tosquia deve fazer-se em recintos apropriados que possuam mesas desbordadoras, depósitos para os velos e prensas de enfardamento. Para se efectuar a tosquia os animais devem ser abrigados da chuva desde a véspera, pois a lã molhada dificulta a operação. Tira-se numa só peça o velo e seguidamente tiram-se todas as outras partes que não devem ficar junto deste, como sejam as partes da cabeça, barriga, cauda e as madeixas queimadas pela urina. (GONÇALVES *apud* FERREIRA, 2011 p.34)

No número 3 era feito o depósito das lãs inferiores. Havia um elevador que transportava a lã inferior para o subsolo, o qual é identificado pelo número

4. Nesse local a lã era aberta, e neste processo de abertura ela liberava grande quantidade de impurezas e detritos, por este motivo essa etapa do processo localizava-se no subsolo, para que as impurezas não contaminassem as lãs superiores.



Do subsolo, a lã inferior era bombeada através de uma tubulação (figuras 22 e 23), ainda existente nos dias de hoje, até o local de armazenagem, identificado pelo número 5.



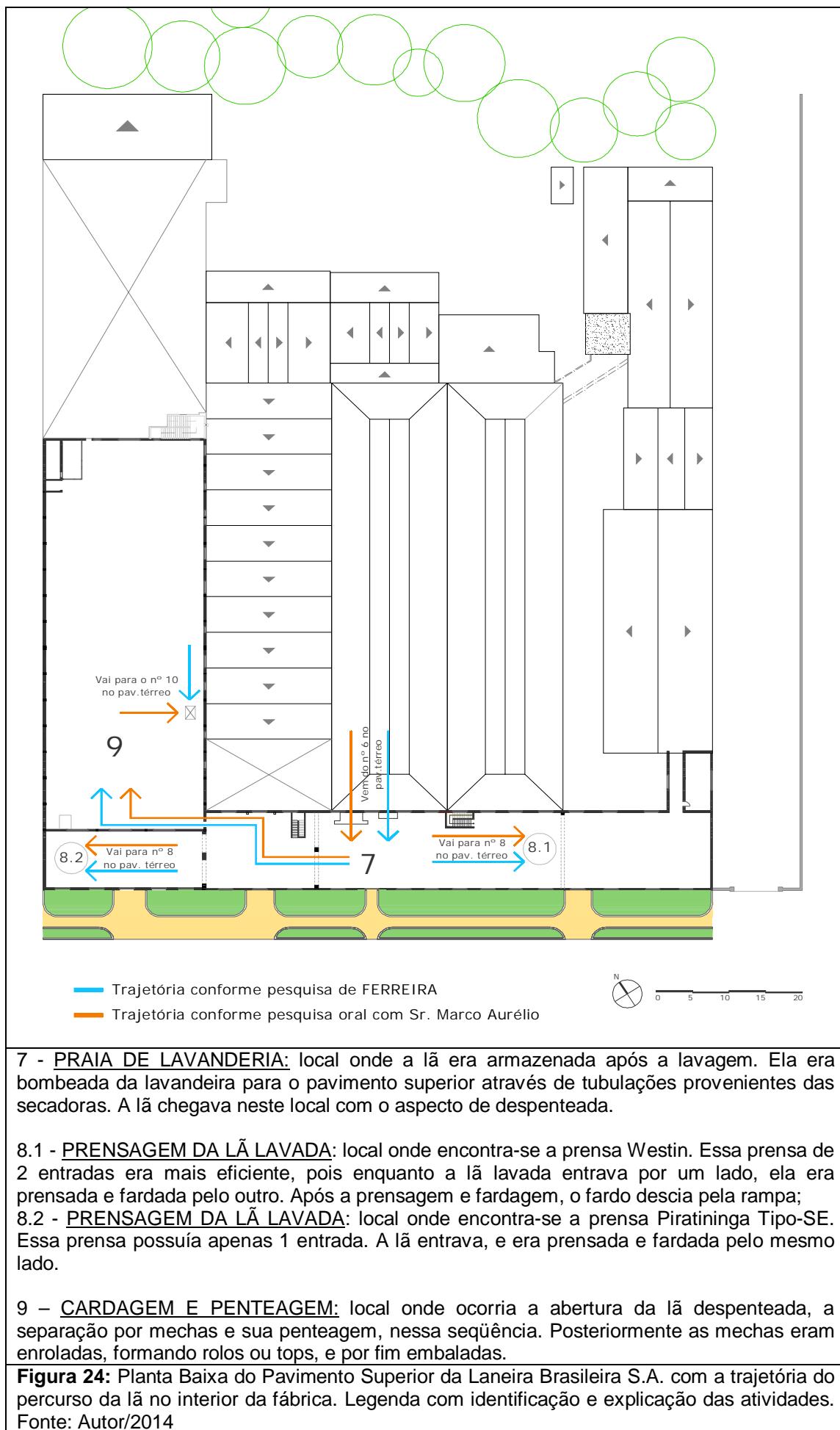
Figura 22: Vista do depósito de lã inferior, onde encontra-se a tubulação que conduz a lã do sub-solo até o outro prédio. Fonte: Autor/ 2013



Figura 23: Vista do sub-solo, onde encontra-se o início da tubulação de transporte da lã. Fonte: Autor/ 2013

Esse local foi subdividido em 5.1 e 5.2 para diferenciar a armazenagem da lã inferior, proveniente do subsolo, da armazenagem da lã superior, proveniente do depósito (número 2). Essa armazenagem servia para preparar a lã para o processo de lavagem que ocorria na lavanderia, cujo local é identificado pelos números 6.

Na lavanderia havia uma lavadora de lã “da marca Kaufmann (250 kg/h) e outra da marca Victor Charpentier (600 kg/h) e ainda duas secadoras de lã com esteiras e ventiladores.” (FERREIRA, 2001) Na lavanderia havia um sistema de acúmulo e bombeamento para deslocar a lã, através de tubulações não mais existentes, da lavanderia para o local chamado “praia de lavanderia”, e identificado pelo número 7. A “praia de lavanderia” localizava-se no andar superior, ou seja, sobre o forro de toda a área administrativa. A lã chegava nesse local através da tubulação que abria uma espécie de comporta e a lançava de maneira que a lã parecia uma nuvem, podendo-se considerá-las numa condição de “escabeladas” ou “despenteadas”.



As prensas, identificadas com as numerações 8.1 e 8.2 são maquinários, ainda existentes no local, que vão do pavimento térreo até o superior, e é no pavimento superior que a lã depositada na “praia de lavanderia” entra em cada um desses maquinários para ser prensada e embalada. Relata Ferreira (2011), que a prensa 8.1 é da marca Westin e possui duas entradas, tornando o processo mais eficiente. A prensa 8.2 é da marca Piratininga Tipo-SE.

Após a prensagem e embalagem os fardos eram depositados no local identificado pelo número 8, que saíam dali para venda, encerrando-se assim o primeiro ciclo do beneficiamento da lã.

O segundo ciclo segue a partir da “praia de lavanderia” para o local chamado cardagem e penteagem, identificado na planta pelo número 9. Neste local a atividade desenvolvida é análoga ao processo de pentear uma cabeleira que se encontra totalmente despenteada, e ocorre em duas etapas. A lã chega neste local toda despenteada, através de uma tubulação suspensa, fixa na estrutura do telhado, e a 1º etapa à qual é submetida é a cardagem, onde ocorre a abertura da lã, retirada das impurezas não eliminadas na lavagem, e separação por mechas, assim como se faz com um cabelo para facilitar a penteagem. Para a cardagem a Laneira contava com três maquinários, “Máquina de Carda Bhostolo tipo cesu/3m, Máquina de Carda CP-111025 de marca Bossow, e Máquina de Carda Alsacienne 1947” (FERREIRA, 2010), nenhuma existe no local atualmente.



Figura 25: Máquina de cardagem.
Fonte: Fototeca – Memorial da UFPel¹⁷.



Figura 26: Maquinário de Tops.
Fonte: Fototeca – Memorial da UFPel.¹⁸

¹⁷ Disponível em <http://www2.ufpel.edu.br/ich/arquivofotografico/?cat=1> Acesso em 12 mai. 2014

¹⁸ Disponível em <http://www2.ufpel.edu.br/ich/arquivofotografico/?cat=1> Acesso em 12 mai. 2014

A 2º etapa é a penteagem das mechas, onde são retiradas poeiras e outras impurezas com as varetas, que funcionam como pentes. Para a penteagem a Laneira contava com “4 máquinas penteadeiras P-3R de 3 CV e 60 hz e 4 máquinas penteadeiras P-38 com saída de mecha e bote lateral 600x900.”(FERREIRA, 2010). Após este procedimento as mechas são enroladas, formando rolos ou tops, e embaladas.

Os rolos ou tops desciam, através de monta carga, até a área identificada pelo número 10, de onde partiam para a venda e para o filatório

O terceiro ciclo segue a partir do depósito de Tops para o filatório, ou fiação, identificado pelo número 11.

Neste local os rolos ou tops são transformados em fios através de três tipos de maquinários: filatório, retorcedeira e a conicaleira. O filatório transformava a mecha em fio, a retorcedeira retorcia o fio, e a conicaleira enrolava o fio nos tubetes (cones). Havia também a meadeira, que enrolava o fio tipo um novelo, sem o tubete. Conicaleiras e meadeiras ocupavam o local identificado pelo número 12. O local de armazenagem desse último processo não foi confirmado.

Os registros fotográficos e os artefatos materiais que restaram na Laneira, assim como o próprio prédio, são vestígios imprescindíveis para auxiliar na compreensão do processo produtivo do beneficiamento da lã, cuja etapa dentro da história da industrialização fabril já foi superada por novos processos, novas tecnologias e materiais. Da mesma forma que o (re)conhecimento do seu funcionamento e da sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico da região são testemunhos históricos que tornam a Laneira Brasileira S.A. um objeto portador de valor histórico.

2.2.3. A Laneira Amanhã – Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas

A Laneira Brasileira S.A. foi adquirida pela Universidade Federal de Pelotas em 2010 e a partir de então passou a integrar o patrimônio dessa universidade. Além disso, também passou a incluir a lista dos bens integrantes

do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas em novembro de 2013¹⁹.

O projeto de reutilização do prédio, que encontra-se em desenvolvimento, está sendo planejado para atender ao futuro uso, voltado para atividades culturais e acadêmicas. De acordo com Melo e Michelon (2011), o prédio contará com auditório, espaço para exposições, museus, centros especializados e memorial. Dentre as propostas a serem implantadas estão o Museu do Conhecimento para todos e o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, o CECP (Centro Especializado em Cuidados Paliativos) e o CDTec (Centro de Desenvolvimento Tecnológico), além de um memorial que destacará a trajetória do antigo lanifício, através do resgate e preservação dos artefatos encontrados no interior da fábrica.

Segundo os autores, os registros fotográficos e os objetos encontrados, como peças de moldes, ferramentas, tonéis, máquinas, mobílias, mostruários de lã, livros, placas de metal, entre outros, são vestígios indispensáveis para a compreensão dos vínculos de trabalho e convívio que se estabeleceram entre funcionários, patrões e sociedade. A recuperação e os cuidados na reorganização desses objetos constituem uma das etapas da contínua busca pelo (re)conhecimento e valorização desse lugar, carregado de memórias.

Além desses artefatos, considerados bens móveis, o próprio prédio constitui num acervo documental valiosíssimo para fins de (re)conhecimento do lugar. Por isso, assim como se deve tomar todos os cuidados para recuperar e reorganizar os bens móveis, da mesma forma se deve cuidar dos bens imóveis. É importante salientar que mesmo se tratando de um prédio bastante agredido pelas ações do meio ambiente, os elementos construtivos que o compõe configuram-se em vestígios que permitem um discurso próprio daquele ambiente. O tratamento inadequado das patologias, ou até mesmo a retirada de qualquer um desses elementos promoverá uma mudança, talvez irreversível, nesse discurso, podendo interferir no entendimento da obra e no espírito do lugar. Deve-se atentar tanto para as subtrações como para os acréscimos propostos em projeto. Relembrando os princípios de Brandi sobre as lacunas, o mais grave não é tanto aquilo que falta, quanto aquilo que é acrescentado de forma inadequada.

¹⁹ O Art. 69 do III Plano Diretor de Pelotas define que os imóveis integrantes do inventário e descritos em lei municipal serão, por ato do Executivo Municipal e de acordo com a avaliação da Secretaria Municipal de Cultura, enquadrados em um dos quatro níveis de preservação.

Para desenvolver o projeto de reutilização, faz-se necessário a elaboração de um programa de necessidades que atenda aos novos usos, e sua concomitante compatibilização com as estruturas remanescentes da antiga fábrica de lã. Oficialmente, o prédio encontra-se preservado em um nível que lhe garante apenas a proteção das características externas, como fachadas e volumetria, permitindo intervenções internas, significando que o projeto pode propor a descaracterização completa do seu interior, sem caracterizar dano ao patrimônio.

Mesmo que a legislação municipal estabeleça o grau de preservação de um bem patrimonial, não significa que ele esteja numa condição de absoluto ou definitivo, podendo ser reavaliado e reconsiderado conforme o seu reconhecimento e a mobilização da sociedade. Nesse sentido, o trabalho dos arquitetos envolvidos no processo de planejamento para os novos usos tem uma importância fundamental, caracterizando-se numa intervenção-crítica, análoga ao restauro-crítico proposto por Brandi. O profissional responsável pelo projeto de reutilização de um bem patrimonial deve levar em consideração a idéia original da obra, os valores contidos naquele lugar e preservá-los durante a compatibilização do projeto. Para que isso seja possível, é necessário que o profissional tenha conhecimento histórico, artístico entre outros que se fizerem necessários, para que possa estar seguro de suas escolhas de projeto, a fim de evitar que o prédio perca, de forma irreversível, parte do seu acervo documental, e de sua concepção original.

Será que o projeto em desenvolvimento está levando em consideração todas essas questões?

3. CAPÍTULO II: PRESERVAR

Neste capítulo, denominado *Preservar*, serão apresentadas as propostas para a preservação do patrimônio industrial na cidade de Pelotas, divididas em dois subcapítulos, um referente à política e instrumentos de gestão patrimonial, e o outro referente às diretrizes técnicas para a intervenção sobre o bem patrimonial.

3.1. Proposta de Gestão

Todas as coletividades territoriais devem identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que pretendem preservar para as futuras gerações. (TICCIH, 2003)

A proposta de gestão, para o patrimônio industrial na cidade de Pelotas, apresentada neste trabalho de pesquisa tem um caráter de complementação dos instrumentos existentes, pois no atual plano diretor é possível identificar alguns reconhecimentos e encaminhamentos em torno dessa temática.

Conforme apresentado no subtítulo 2.1.3 Políticas e instrumentos de preservação locais, do capítulo anterior, o III Plano Diretor reconhece Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs), que podem ser considerados recortes de lugares dentro das AEIAC e ZPPC, portadores de valores e significados específicos, como é o caso do FEIC – Zona Portuária, caracterizado pela:

“referência histórico-cultural devido à presença do Porto, por sua singularidade na relação entre espaços construídos e aberto, percebida através do conjunto de edificações industriais, vias e cais do porto, pela possibilidade de visualização da paisagem aberta em direção ao Canal e pelo conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem.” (III Plano Diretor de Pelotas)

Também foram apresentadas as diretrizes propostas para o FEIC – Zona Portuária, que preveem a “qualificação da área através da viabilização de acesso ao canal São Gonçalo, incentivo à reciclagem de prédios que estão em desuso e valorização do patrimônio arquitetônico da área.” (III Plano Diretor de Pelotas)

Observa-se que, tanto na caracterização do FEIC, quanto nas suas diretrizes encontram-se as expressões “conjunto de edificações industriais” e “patrimônio arquitetônico”, mas nunca “patrimônio industrial”. O fato dos prédios industriais serem vinculados ao entorno do cais do porto, e nunca à estação férrea, conforme a citação do III PDP, demonstra que não existe o

reconhecimento oficial das conexões formadoras do conjunto, enquanto patrimônio industrial. A relação entre os prédios e essas duas redes de transporte de mercadorias foi importantíssima para a logística industrial em fins do século XIX e início do século XX, e o reconhecimento dessa relação amplia o foco para uma referência espacial além da zona portuária, agregando os seus arredores como o bairro Simões Lopes e início do bairro Fragata.

Por outro lado, pode-se dizer que existe um encaminhamento para o reconhecimento do patrimônio industrial e sua reutilização, no momento em que a área da zona portuária é caracterizada como singular devido ao conjunto de edificações industriais, vias e cais do porto, e que possui dentre suas diretrizes o incentivo para reciclagem e valorização do patrimônio arquitetônico da área.

Como complemento às políticas de gestão existentes, este trabalho propõe a criação de um novo Foco Especial de Interesse Cultural, o **FEIC - Zona de Preservação do Patrimônio Industrial**, devendo ser considerado no Plano Diretor do município. Esta proposta consiste em 3 tempos: delimitação da área do novo FEIC; inventário municipal dos prédios industriais inscritos na área do FEIC; e submissão dos prédios inventariados à investigação no caso de reutilização.

A delimitação espacial do novo FEIC – Zona de Preservação do Patrimônio Industrial, corresponde à área definida pelo projeto OcioSidade, de Gutierrez (2006), conforme mapa (figura 27) pelo fato desse projeto reconhecer a importância histórica do conjunto formado pelo cais do porto, estação ferroviária, bondes e redes de saneamento para a expansão urbana durante o período de industrialização da cidade.

O inventário municipal dos prédios industriais, listados nos trabalhos de Ferreira (2011) e de Gutierrez (2006), e inscritos dentro do perímetro da Zona de Preservação do Patrimônio Industrial, visa oficializar a proteção individual dos exemplares formadores do conjunto.

Os prédios industriais inventariados e inscritos no perímetro da nova Zona de Preservação devem ser submetidos à investigação e análise no caso de serem reutilizados. Esse procedimento visa a busca por novos conhecimentos à cerca do patrimônio industrial, permitindo sua reavaliação e reconsideração sempre que possível, da mesma forma como está sendo no caso da Laneira Brasileira S.A.

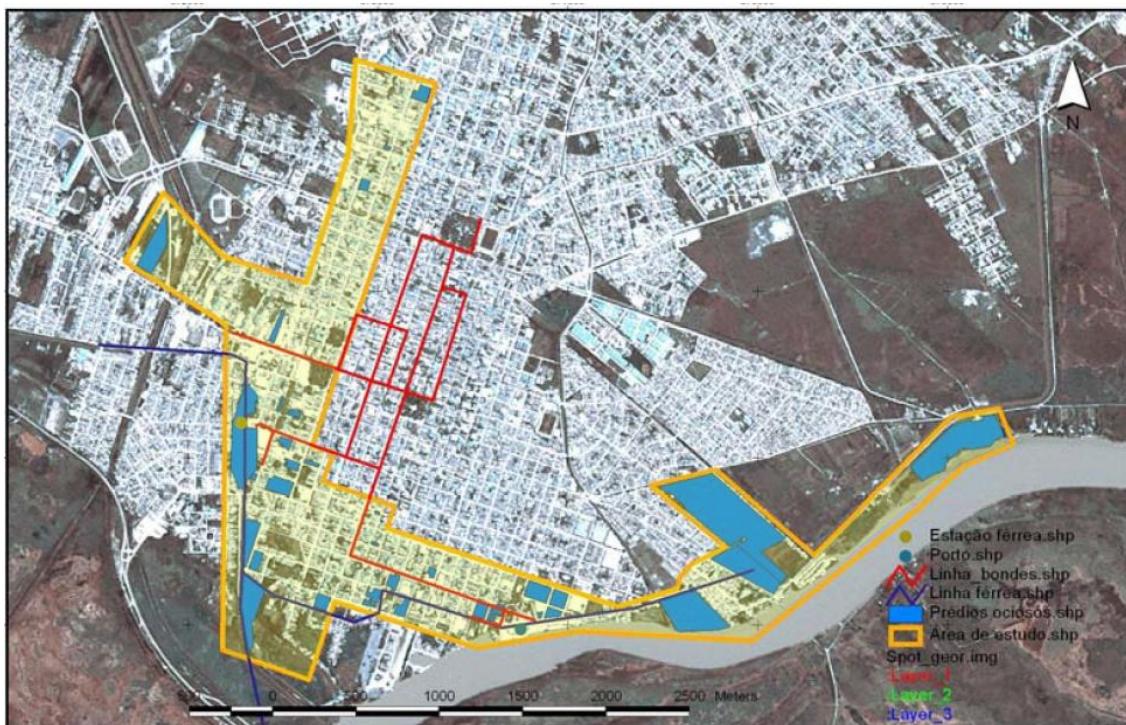


Figura 27: Delimitação da área estudada no projeto Ocioidade. Fonte: Adaptado de Gutierrez, 2006.

Propõe-se que a caracterização do FEIC – Zona de Preservação do Patrimônio Industrial seja feita pela referência histórico-cultural devido à presença do Porto e da Estação Férrea, por sua singularidade em relação à paisagem industrial formada pelo conjunto de elementos urbanos e unidades arquitetônicas, de tipologia industrial, e com potencial de reciclagem.

Como diretrizes para o FEIC – Zona de Preservação do Patrimônio Industrial, este projeto propõe a qualificação da área através do resgate da memória e da valorização do seu patrimônio industrial, arquitetônico e urbano, e incentivo à reciclagem de prédios que estão em desuso conforme recomendações da carta patrimonial de Nizhny Tagil, sobre o patrimônio industrial.

O patrimônio industrial deve ser considerado como uma parte integrante do patrimônio cultural em geral. Contudo, a sua proteção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo valor ecológico.” (TICCIH, 2003)

O reconhecimento desse período histórico-cultural voltado para o Patrimônio Industrial de Pelotas constituído no final do século XIX até meados do século XX, e que foi muito importante para o desenvolvimento e

consolidação urbana, assim como para a transformação da cidade num importante pólo industrial da região, contribuirá para o fortalecimento de uma identidade e estética industrial no meio urbano e consequentemente para a diversidade do patrimônio cultural da cidade de Pelotas.

As propostas apresentadas acima se referem à preservação do patrimônio industrial nas escalas da cidade e do edifício. A proposta apresentada a seguir se refere à preservação desse patrimônio nas escalas do edifício e do artefato (maquinário), tratando especificamente do caso da Laneira.

Esse prédio foi adquirido pela Universidade Federal de Pelotas em 2010, e também faz parte do inventário do patrimônio industrial urbano proposto por Ferreira. Houve a solicitação para sua preservação oficial junto à Secretaria Municipal de Cultura, passando então a incluir a lista dos bens integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, conforme disposto no Decreto nº 5.685 de 08 de novembro de 2013. No referido decreto, o imóvel foi enquadrado no nível de preservação II - Nível 2, definido, pelo Art.69 do III Plano Diretor de Pelotas, como:

II - Nível 2: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas, ou seja, a preservação integral de sua(s) fachada(s) pública(s) e volumetria, as quais possibilitam a leitura tipológica do prédio. Poderão sofrer intervenções internas, desde que mantidas e respeitadas suas características externas. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade. (III Plano Diretor de Pelotas)

Com isso, o prédio da Laneira passa a ser reconhecido como “de extrema importância para o resgate da memória da cidade” (III Plano Diretor de Pelotas) apenas por suas características externas, as quais são importantes tanto para a leitura tipológica do prédio, quanto por representar um ícone na paisagem local, qualificando o meio ambiente no qual está inserido. Porém, questiona-se o fato do prédio da Laneira ser enquadrado em nível 2, permitindo intervenções internas. O valor do patrimônio industrial está contido tanto na tipologia dos prédios, quanto na sua configuração interna, que testemunha a trajetória do processo produtivo, a qual é reconhecida pelos vestígios de equipamentos e maquinários no interior do prédio, e pela disposição desses artefatos, e que compõem uma narrativa que transmitem o discurso próprio do lugar. O interior do prédio, onde se localizava o “chão de fábrica” é um lugar

carregado de memórias dos processos produtivos que atualmente encontram-se superados, tornando-o portador de valor histórico e artístico.

O patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, conferem-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também representar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção. (TICCIH, 2003)

Considerando a especificidade da natureza patrimonial do bem, este projeto propõe uma reflexão para que seja reconsiderado o enquadramento do antigo Ianifício no nível 1, garantindo assim uma proteção mais adequada conforme a Carta de Nizny Tagil, já que:

I - Nível 1: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas. Os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, serem destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir a ser tombados. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade. (III Plano Diretor de Pelotas)

Entende-se que a Laneira Brasileira S.A. deve ser reconsiderada e reenquadrada no nível 1 de preservação, tendo em vista que, conforme o andamento desta pesquisa, ela é portadora de valores históricos e arquitetônicos, os quais ainda encontram-se visíveis, devendo ser preservados na sua integralidade.

3.2. Proposta de Intervenção

A proposta de intervenção, apresentada neste trabalho de pesquisa, é voltada para as decisões técnicas de projeto de reciclagem para antigos prédios industriais, com o objetivo de garantir a preservação da especificidade do patrimônio industrial, tendo como estudo de caso, o prédio da Laneira Brasileira S.A.

De acordo com Riegl (2008), os monumentos são concebidos pelo homem contemporâneo como um organismo natural que faz parte de sua vida, com ciclo natural de criação e destruição, e o homem pode preservá-lo de uma morte prematura, assim toda a ingerência sobre a manutenção da obra é tão desagradável caso se tratasse do descaso com o próprio organismo. Baseado nesse conceito pode-se afirmar que há uma ingerência sobre o patrimônio

industrial da cidade, tanto que muitos prédios encontram-se na condição de *friches*.

O prédio da Laneira encontra-se em estado de degradação, porém não está arruinado a ponto de não conseguir recuperar sua unidade potencial, proposta por Brandi, que constitui na idéia original da obra, e cujo conceito pode ser mantido de forma compartilhada com a nova proposta de uso. A manutenção do conceito original da obra, defendido por Brandi, é também recomendada pela carta patrimonial de Nizhny Tagil quando afirma que “(...) As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. (...)”. (TICCIH, 2003) A preservação dos equipamentos e maquinários integrantes do prédio, garante a legibilidade do espaço e a percepção do “espírito do lugar”.

Observa-se que as tendências da reutilização de antigos prédios industriais, para fins institucionais, vêm desenvolvendo projetos sem levar em consideração o conjunto da obra. No início do processo de reutilização das antigas instalações da F.C. Lang S.A. para o uso institucional do IF-Sul, a fábrica teve sua chaminé destruída. Essa destruição representou uma mutilação na paisagem urbana, já que a chaminé representava, além de um ícone da industrialização na cidade, também um marco na imagem ambiental, servindo como ponto de referência para os transeuntes daquele local. Outro exemplo que deve ser abordado é o caso do projeto de reutilização do antigo Frigorífico Pelotense - Anglo S.A. Nas figuras 27 e 28 observa-se a relação que existia entre o maquinário e o espaço interior do prédio, e que juntos formavam um conjunto, antes da reforma. Na figura 29 observa-se a demolição e descarte do maquinário, que por desconhecimento dos responsáveis pelo processo da reforma desconsideraram a integralidade da obra. Exemplos como esses podem ser compreendidos como um patrimônio cheio de lacunas, incapaz de ser compreendido pelos seus herdeiros devido às lacunas existentes na sua imagem.

As ações adotadas pelas instituições estão ocorrendo sem o reconhecimento de que estes prédios são unidades de um conjunto que constitui o patrimônio industrial da cidade, e por isso as intervenções que vêm sendo realizadas não estão levando em consideração as recomendações feitas

pela carta patrimonial de Nizhny Tagil para a preservação do Patrimônio Industrial.

A conservação do patrimônio industrial depende da preservação da sua integridade funcional, e as intervenções realizadas num sítio industrial devem, tanto quanto possível, visar à manutenção desta integridade. O valor e a autenticidade de um sítio industrial podem ser fortemente reduzidos se a maquinaria ou componentes essenciais forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos. (TICCIH, 2003)

As antigas estruturas industriais estão sendo submetidas a reformas para adaptação aos novos usos institucionais, promovendo verdadeiras mutilações nos prédios.



Figura 28: Enquadramento de conjunto – Frigorífico ANGLO.
Relação entre espaço interior e seu maquinário Foto:Paulo Momento/2005.



Figura 29: Enquadramento de detalhe - Frigorífico ANGLO
Relação entre espaço interior e seu maquinário. Foto: Paulo Momento/2005



Figura 30: Frigorífico ANGLO – ambiente externo.
Demolição do maquinário após reforma do prédio. Foto: Paulo Momento/2009

Considerando que a Laneira foi comprada pela Universidade e encontra-se em desenvolvimento um projeto de reforma para adaptação do prédio que abrigará museu, memorial, cafeteria, auditório, e espaços para cursos de graduação, e pós-graduação, ou seja, voltado para a educação e a cultura, é importante entender quais as principais funções e atividades que espaços

como este deverão desempenhar junto à sociedade. As principais atribuições dos museus são preservação, investigação e comunicação. Referindo-se ao exemplo dos museus, dentre os diversos tipos, existe a instituição museológica conhecida como “museu-casa” (CHAGAS, 2002), que proporciona suas atividades através de seus bens móveis e imóveis, ou seja, dos elementos arquitetônicos que, somados aos objetos pertencentes à vida cotidiana desse lugar, integram o acervo documental desse tipo de museu.

Partindo desse princípio, propõe-se neste trabalho que uma instituição museológica que venha a ocupar um antigo espaço industrial, considerado de valor histórico, deve pensar na reutilização desse espaço com um conceito análogo, de “museu-fábrica”, por exemplo, devendo compreender que os elementos móveis e imóveis, pertencentes ao cotidiano daquele lugar, como maquinário e outras estruturas específicas, caracterizam o seu acervo documental. Mas, independente do uso que será dado às antigas construções industriais, as políticas de preservação devem ser implantadas para que os prédios e seus maquinários sejam devidamente conservados, cabendo aos projetistas a habilidade de criar projetos, reutilizando os espaços de forma compartilhada ao acervo documental, proporcionando ao lugar uma dupla (ou tripla) função. Um exemplo disso seria a reutilização de uma antiga fábrica para abrigar espaços de escritório, cujo resultado seria então um “museu-fábrica-escritório”.

A atividade desenvolvida durante a pesquisa de campo, que se configurou numa simulação do percurso realizado pela lã no interior do prédio, possibilitou a identificação das lacunas existentes na narrativa imaginária do processo produtivo, causadas pela falta dos equipamentos e maquinários. Baseado nisso, propõe-se para as intervenções, que aqueles equipamentos mais significativos, e inexistentes, poderiam ser reproduzidos, mesmo que com outras finalidades e outros materiais, de forma a “preencher as lacunas” e possibilitar a releitura da antiga fábrica.

Propõe-se também que cada prédio industrial inventariado deverá ser submetido à pesquisa histórica, levantamento *in loco* do seu processo produtivo para reconhecimento dos elementos de valor histórico que devem permanecer. Da mesma maneira devem ser identificados os elementos de valor arquitetônico/valor artístico que devem ser mantidos a fim de manter viva a sua concepção original.

Considerando que para Riegl (2008), os efeitos de desintegração e degradação naturais proporcionam à obra o efeito estético que garante o valor de antiguidade, pode-se entender que o culto ao valor de antiguidade opera para sua própria destruição. Porém, mesmo que aparentemente contraditório, do ponto de vista da conservação do valor de antiguidade, Riegl defende a conservação continuada, e condena as intervenções arbitrárias feitas pelas mãos humanas, que seriam as adições, subtrações, restituições daquilo que as forças naturais destruíram no decorrer do tempo, e eliminações daquilo que foi incorporado ao monumento. Diante dessas considerações, propõe-se a conservação dos efeitos da degradação, devidamente selecionados, para que não venham a comprometer a integridade física da obra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os objetivos desta pesquisa está o alerta para a importância de se (re)conhecer e preservar o patrimônio industrial local e propor diretrizes para as práticas de projetos de reutilização e reformas desses prédios, baseadas nas recomendações da Carta Patrimonial de Nizhny Tagil e nos teóricos do restauro, a fim de evitar que procedimentos como os apresentados continuem ocorrendo. De acordo com a Carta, “todas as coletividades territoriais devem identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que pretendem preservar para as futuras gerações”, sejam eles paisagens, edifícios ou maquinaria.

Diante das recomendações, propôs-se a criação de um novo Foco Especial de Interesse Cultural, o FEIC – Zona de Preservação do Patrimônio Industrial, com o inventário dos imóveis industriais inscritos na nova zona de preservação, e submissão à investigação no caso de reutilização.

As propostas tiveram um caráter complementar, unindo-se a projetos já existentes a fim de fortalecer os ideais em torno da preservação do patrimônio cultural da cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTA, Cassiana; RAMOS, Thadeu José; GOULARTE, Jeferson Luís. **A inovação como estratégia de produção e comercialização de carnes de ovinos.** XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 2013. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013 TN STP 183 046 21881.pdf> Acesso em 20 nov. 2013

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** 3º Edição. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRITTO, Natália Daniela Soares Sá. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS).** 2011. 108 p. Dissertação de Mestrado, FURG, Rio Grande, 2011.

CARRICONDE, Clodomiro. **Álbum de Pelotas.** Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: s. ed., 1922

CHAGAS, Mário. Pesquisa e Comunicação: Mútuo Desafio – In: **Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: Pesquisa e Documentação** – Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

COUTO, Perla Duarte do. **Friches industrielles no extremo sul do Brasil: uma análise sobre o caso da cidade do Rio Grande -RS.** Pesquisa de iniciação científica. FURG, Rio Grande, 2014

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Ed. Pini, 1990.

XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO- A Gestão dos Processos de Produção e as Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas Produtivos A inovação como estratégia de produção e comercialização de carnes de ovinos: um estudo de caso na empresa Divisa Comércio de carnes LTDA. Salvador, outubro de 2013.

Disponível em:
<http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013 TN STP 183 046 21881.pdf>
Acesso em 24 jun 2014.

FERRAZ, Marcelo. **Numa velha fábrica de tambores. SESC-Pompéia comemora 25 anos.** Vitruvius. Revista Eletrônica de arquitetura. Abril 2008, Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas, RS.** Projeto de pesquisa UFPEL. Pelotas, 2011.

FILHO, Nelson Goularte Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 10º edição. São Paulo. Ed. Perspectiva S.A. 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

GOULARTE, Daniela Vieira. **Requalificação de quarteirão em área central da cidade.** 2006, Trabalho Final de Graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Pelotas. 2006

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **A INCLUSÃO DA OCIOSIDADE: uma metodologia para inventariar imóveis urbanos ociosos. O caso de Pelotas (RS).** 2006. Relatório Final de Pesquisa. CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico. Pelotas, 2006

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** 2ª Ed. – Pelotas: Ed. Universitária. UFPEL, 2001.

HEGEL, F. Trecho das Preleções sobre a Estética. IN: DUARTE, R. **O Belo Autônomo – textos clássicos de estética.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p.149-171.

HERNÁNDEZ, F. **Catadores da Cultura Visual.** Porto Alegre: Ed. Mediação, 2007.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul- IHGRS: Acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul- Porto Alegre: 2009.

LACOSTE, J. A Expressão, IN: **A Filosofia da Arte.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p.93-110.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES, Nelson Nobre **Pelotas Memória, Fascículo I.** Litoarte 1999. Impressos Off-set.

MARTINS, Solismar Fraga. **Realidade e Perspectivas para as Friches Industrielles (Vazios Industriais) da Cidade de Rio Grande – RS.** La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, maio de 2010. Disponível em <http://www.filof.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/213.htm> Acesso em 18 mar. 2014

MAWAKDIYE, Alberto. **Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines. Problemas Brasileiros.** Revista Eletrônica do SESC - nº 374, SP. Março e abril 2003. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=239&bradecrumb=1&Artigo_ID=3759&IDCategoria=4134&reftype=1>. Acesso em 05 mai 2014

MELO, Chanaísa; MICHELON, Francisca Ferreira. **Fragmentos de Memórias: O Caso da Laneira Brasileira Sociedade Anônima.** XIII ENPOS, Pelotas, 2011.

MENDONÇA, Adalton da Motta. **Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines.** Vitruvius. Revista Eletrônica de arquitetura. Julho 2001, ano 02. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.014/869>>. Acesso em 13 abr. 2012.

MONTEIRO, Fernanda Albuquerque. **Identificação e fundamentação dos valores que qualificam bem patrimonial arquitetônico.** 2002, Trabalho de conclusão de curso– Especialização em Patrimônio Cultural – UFPEL, 2002

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim. SCHLEE, Andrey Rosenthal. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense.** Pelotas, 1998.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande.** Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

PELOTAS. Lei nº 2708/1982. **Lei de tombamento**

PELOTAS. Lei nº 5.502/2008. **III Plano Diretor de Pelotas.**

PELOTAS. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **ESTATUTO DA CIDADE..**

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense.** Guaíba, Riocell, 1985.

REIS, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo. 10ª Ed. Ed. Perspectiva S.A., 2004.

PETER, Glenda Dimuro. **Santa Bárbara. O Braço Morto do Arroio que ainda vive na memória.** 2004, 32p. Trabalho de conclusão do módulo I. Curso de Especialização em Conservação de Patrimônio em Centros Urbanos – FAU – UFRGS- Porto Alegre, 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Secretaria Municipal de Cultura. **Manual do usuário de imóveis inventariados.** Pelotas: Edigraf, 2007. 51p.

RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos.** Madrid. Machado Libros S.A., 2008.

RODRIGUES, Marly. **Patrimônio Industrial, ente o fetiche e a memória.** Usjt – arq.urb – número 3/ primeiro semestre de 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O Último Eclético.** ARQTEXTO 3-4, 2003, p. 136-144. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_3-4/14_Andrey%20Rosenthal%20Schlee.pdf>. Acesso em: 13/09/2014.

SINGER, Peter. **Hegel.** São Paulo, Edições Loyola, 2003.

TASSINARI, A. O Mundo da Obra e o Mundo em Comum. IN: **O Espaço Moderno.** São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p.75-95.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência.** Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=161>. Acesso em 12 jul. 2014

TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial.** Julho 2003.

TUAN, H. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Caetano do Sul. Difusão Editorial S.A. 1974.

6. ANEXOS

Decreto Nº 5.685, de 08 de novembro de 2013.....	88
Foto aérea da situação da Laneira Brasileira S.A.....	90
Carta Patrimonial de Nizhny Tagil.....	91



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO N° 5.685, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre os bens integrantes do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E O PROCESSO ADMINISTRATIVO N° OF. 003322/2013;

D E C R E T A:

Art. 1º Passam a incluir a lista dos bens Integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas os imóveis listados a seguir:

Inscrição - 2133610	- Avenida Duque de Caxias, 104 - Fora de ZPPC - Fragata	Nível 2
Inscrição - 1069969	- Avenida Duque de Caxias, 468 - Fora da ZPPC - Fragata	Nível 2
Inscrição - 2000571	- Andrade Neves, 1670 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2000580	- Andrade Neves, 1678 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 644250	- Anchieta, 1563 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 644269	- Anchieta, 1573 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 466280	- Cap. Nelson Pereira, 1653 - Fora de ZPPC - Laranjal	Nível 2
Inscrição - 948578	- Dom Pedro II, 1024 A - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 948551	- Dom Pedro II, 1024 101 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 948560	- Dom Pedro II, 1024 102 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2010135	- Dr. Cassiano, 263 A - ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 957852	- Dr. Cassiano, 265 - ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 2010143	- Dr. Cassiano, 269 - ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 832057	- Dr. Cassiano, 549 - ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 2113201	- Conde de Porto Alegre, 751 - ZPPC 4	Nível 2
Inscrição - 2113210	- Conde de Porto Alegre, 753 - ZPPC 4	Nível 2
Inscrição - 2369540	- Doutor Miguel Barcellos, 505 - ZPPC 1	Nível 2
Inscrição - 915785	- Félix da Cunha, 558 A - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 991694	- Félix da Cunha, 603 A - ZPPC 2	Tombamento Estadual
Inscrição - 991708	- Félix da Cunha, 603 B - ZPPC 2	Tombamento Estadual
Inscrição - 991716	- Félix da Cunha, 603 C - ZPPC 2	Tombamento Estadual
Inscrição - 2057530	- General Osório, 268 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2057549	- General Osório, 270 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2057557	- General Osório, 272 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2068729	- General Osório, 1101 - Fora da ZPPC - Centro	Nível 2
Inscrição - 2307804	- General Neto, 860 - ZPPC 1	Nível 2
Inscrição - 2307790	- General Neto, 870 - ZPPC 1	Nível 2
Inscrição - 2083515	- Gomes Carneiro, 976 - ZPPC 3	Nível 2
Inscrição - 2083507	- Gomes Carneiro, 984 - ZPPC 3	Nível 2
Inscrição - 2083493	- Gomes Carneiro, 992 - ZPPC 3	Nível 2
Inscrição - 2053004	- Gomes Carneiro, 1361 - ZPPC 3	Nível 2
Inscrição - 2113244	- João Manuel, 752 - ZPPC 4	Nível 2

Inscrição - 2113236	- João Manuel, 754 - ZPPC 4	Nível 2
Inscrição - 2003287	- Lobo da Costa, 1218 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2016850	- Lobo da Costa, 1434 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 940372	- Marechal Deodoro, 1097 - ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 2306700	- Praça Sete de Julho, 44 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 942324	- Santa Tecla, 465 A - ZPPC 1	Nível 2
Inscrição - 2060183	- Santos Dumont, 99 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 1017896	- Santos Dumont, 125/1 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017900	- Santos Dumont, 125/2 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017918	- Santos Dumont, 125/3 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017926	- Santos Dumont, 125/4 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017934	- Santos Dumont, 125/5 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017942	- Santos Dumont, 125/6 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017950	- Santos Dumont, 125/7 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017888	- Santos Dumont, 137 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 1017870	- Santos Dumont, 115 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 2060175	- Santos Dumont, 149 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 832111	- Santos Dumont, 261 - ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 832103	- Santos Dumont, 261 A ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 832120	- Santos Dumont, 261 B - ZPPC 1	Nível 3
Inscrição - 950785	- Sete de Setembro, 298 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2005603	- Sete de Setembro, 302 A - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2014122	- XV de Novembro, 463 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 2001543	- XV de Novembro, 558 - ZPPC 2	Nível 3
Inscrição - 2005581	- XV de Novembro, 601 - ZPPC 2	Nível 2
Inscrição - 610607	- XV de Novembro, 603 - ZPPC 2	Nível 2

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 08 de novembro de 2013.

Eduardo Leite
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Tiago Bündchen
Chefe de Gabinete



FOTO AÉREA DA SITUAÇÃO DA LANEIRA BRASILEIRA S.A.

PORTUGUÊS (Obrigado APPI)

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)

Julho 2003

O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) é a organização mundial consagrada ao património industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS para esta categoria de património. O texto desta Carta sobre o Património Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, de carácter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO

Preâmbulo

Os períodos mais antigos da história da Humanidade são definem-se através dos vestígios arqueológicos que testemunharam mudanças fundamentais nos processos de fabrico de objectos da vida quotidiana, e a importância da conservação e do estudo dos testemunhos dessas mudanças é universalmente aceite.

Desenvolvidas a partir da Idade Média na Europa, as inovações na utilização da energia assim como no comércio conduziram, nos finais

do século XVIII, a mudanças tão profundas como as que ocorreram entre o Neolítico e a Idade do Bronze. Estas mudanças geraram evoluções sociais, técnicas e económicas das condições de produção, suficientemente rápidas e profundas para que se fale da ocorrência de uma Revolução. A Revolução Industrial constituiu o início de um fenómeno histórico que marcou profundamente uma grande parte da Humanidade, assim como todas as outras formas de vida existente no nosso planeta, o qual se prolonga até aos nossos dias.

Os vestígios materiais destas profundas mudanças apresentam um valor humano universal e a importância do seu estudo e da sua conservação deve ser reconhecida.

Os delegados reunidos na Rússia por ocasião da Conferência 2003 do TICCIH desejam, por conseguinte, afirmar que os edifícios e as estruturas construídas para as actividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro¹.

1. Definição de património industrial

¹ A Carta do Património Industrial deverá incluir as importantes Cartas anteriores, como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1994), assim como a Recomendação R(90) 20 do Conselho da Europa.

O *património industrial* comprehende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A *arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas², criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

O *período histórico* de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia.

2. Valores do património industrial

² Para facilitar a compreensão, a palavra “sítios” será utilizada para referir as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, excepto quando estes termos forem utilizados num sentido mais específico.

- i. O património industrial representa o testemunho de actividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a protecção do património industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.
- ii. O património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu *design* ou da sua concepção.
- iii. Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.
- iv. A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem

ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial.

3. A importância da identificação, do inventário e da investigação

- i. Todas as colectividades territoriais devem identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que pretendem preservar para as gerações futuras.
- ii. Os levantamentos de campo e a elaboração de tipologias industriais devem permitir conhecer a amplitude do património industrial. Utilizando estas informações, devem ser realizados inventários de todos os sítios identificados, os quais devem ser concebidos de forma a proporcionarem uma pesquisa fácil e um acesso livre por parte do público. A informatização e o acesso *on-line* na Internet constituem objectivos importantes.
- iii. O inventário constitui uma componente fundamental do estudo do património industrial. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efectuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da actividade

produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registo em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registadas e conservadas, sempre que possível.

- iv. A investigação arqueológica dos sítios industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo nível de elevado rigor com que se aplica no estudo de outros períodos históricos.
- v. São necessários programas de investigação histórica para fundamentar as políticas de proteção do património industrial. Devido à interdependência de numerosas actividades industriais, uma perspectiva internacional pode auxiliar na identificação dos sítios e dos tipos de sítios de importância mundial.
- vi. Os critérios de avaliação de instalações industriais devem ser definidos e publicados a fim de que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios devem ser utilizados para identificar os mais significativos vestígios de paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios,

estruturas, máquinas e processos industriais mais significativos.

- vii. Os sítios e estruturas de reconhecida importância patrimonial devem ser protegidos por medidas legais suficientemente sólidas para assegurarem a sua conservação. A Lista do Património Mundial da UNESCO deverá prestar o legítimo reconhecimento ao enorme impacto que a industrialização teve na cultura da Humanidade.
- viii. Deve ser definido o valor dos sítios mais significativos assim como estabelecidas directivas para futuras intervenções. Devem ser postas em prática medidas legais, administrativas e financeiras, necessárias para conservar a sua autenticidade.
- ix. Os sítios ameaçados devem ser identificados a fim de que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projectos de restauro e de reutilização.
- x. A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente favorável para a conservação do património industrial, nomeadamente através de iniciativas coordenadas e partilha de recursos. Devem ser elaborados critérios compatíveis para compilar inventários e bases de dados internacionais.

4. Protecção legal

- i. O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua protecção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico.
- ii. Programas para a conservação do património industrial devem ser integrados nas políticas económicas de desenvolvimento assim como na planificação regional e nacional.
- iii. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.

- iv. As comunidades industriais que estão ameaçadas por rápidas mudanças estruturais devem ser apoiadas pelas autoridades locais e governamentais. Devem ser previstas potenciais ameaças ao património industrial decorrentes destas mudanças, e preparar planos para evitar o recurso a medidas de emergência.
- v. Devem ser estabelecidos procedimentos para responder rapidamente ao encerramento de sítios industriais importantes, a fim de prevenir a remoção ou a destruição dos seus elementos significativos. Em caso necessário, as autoridades competentes devem dispor de poderes legais para intervir quando for necessário, a fim de protegerem sítios ameaçados.
- vi. Os governos devem dispor de organismos de consulta especializados que possam proporcionar pareceres independentes sobre as questões relativas à protecção e conservação do património industrial, os quais devem ser consultados em todos os casos importantes.
- vii. Devem ser desenvolvidos todos os esforços para assegurar a consulta e a participação das comunidades locais na protecção e conservação do seu património industrial.
- viii. As associações e os grupos de voluntários desempenham um papel importante na inventariação

dos sítios, promovendo a participação pública na sua conservação, difundindo a informação e a investigação, e como tal constituem parceiros indispensáveis no domínio do património industrial.

5. Manutenção e conservação

- i. A conservação do património industrial depende da preservação da sua integridade funcional, e as intervenções realizadas num sítio industrial devem, tanto quanto possível, visar a manutenção desta integridade. O valor e a autenticidade de um sítio industrial podem ser fortemente reduzidos se a maquinaria ou componentes essenciais forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos.
- ii. A conservação dos sítios industriais requer um conhecimento profundo do objectivo ou objectivos para os quais foram construídos, assim como dos diferentes processos industriais que se puderam ali desenvolver. Estes podem ter mudado com o tempo, mas todas as antigas utilizações devem ser investigadas e avaliadas.
- iii. A conservação *in situ* deve considerar-se sempre como prioritária. O desmantelamento e a deslocação de um edifício ou de uma estrutura só serão aceitáveis se a

sua destruição for exigida por imperiosas necessidades sociais ou económicas.

- iv. A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga actividade.
- v. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento económico sustentado. O património industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração económica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos.
- vi. As intervenções realizadas nos sítios industriais devem ser reversíveis e provocar um impacto mínimo. Todas as alterações inevitáveis devem ser registadas e os elementos significativos que se eliminem devem ser inventariados e armazenados num local seguro. Numerosos processos industriais conferem um cunho

específico que impregna o sítio e do qual resulta todo o seu interesse.

- vii. A reconstrução, ou o retorno a um estado anteriormente conhecido, deverá ser considerada como uma intervenção excepcional que só será apropriada se contribuir para o reforço da integridade do sítio no seu conjunto, ou no caso da destruição violenta de um sítio importante.
- viii. Os conhecimentos que envolvem numerosos processos industriais, antigos ou obsoletos, constituem fontes de importância capital cuja perda poderá ser insubstituível. Devem ser cuidadosamente registados e transmitidos às novas gerações.
- ix. Deve promover-se a preservação de regtos documentais, arquivos empresariais, plantas de edifícios, assim como exemplares de produtos industriais.

6. Educação e formação

- i. Uma formação profissional especializada, abordando os aspectos metodológicos, teóricos e históricos do património industrial deve ser ministrada no ensino técnico e universitário.

- ii. Devem ser elaborados materiais pedagógicos específicos abordando o passado industrial e o seu património para os alunos dos níveis primário e secundário.

7. Apresentação e interpretação

- i. O interesse e a dedicação do público pelo património industrial e a apreciação do seu valor constituem os meios mais seguros para assegurar a sua preservação. As autoridades públicas devem explicar activamente o significado e o valor dos sítios industriais através de publicações, exposições, programas de televisão, Internet e outros meios de comunicação, proporcionando o acesso permanente aos sítios importantes e promovendo o turismo nas regiões industriais.
- ii. Os museus industriais e técnicos, assim como os sítios industriais preservados, constituem meios importantes de protecção e interpretação do património industrial.
- iii. Os itinerários regionais e internacionais do património industrial podem esclarecer as contínuas transferências de tecnologia industrial e o movimento em larga escala das pessoas que as mesmas podem ter provocado, promovendo um afluxo do público interessado em

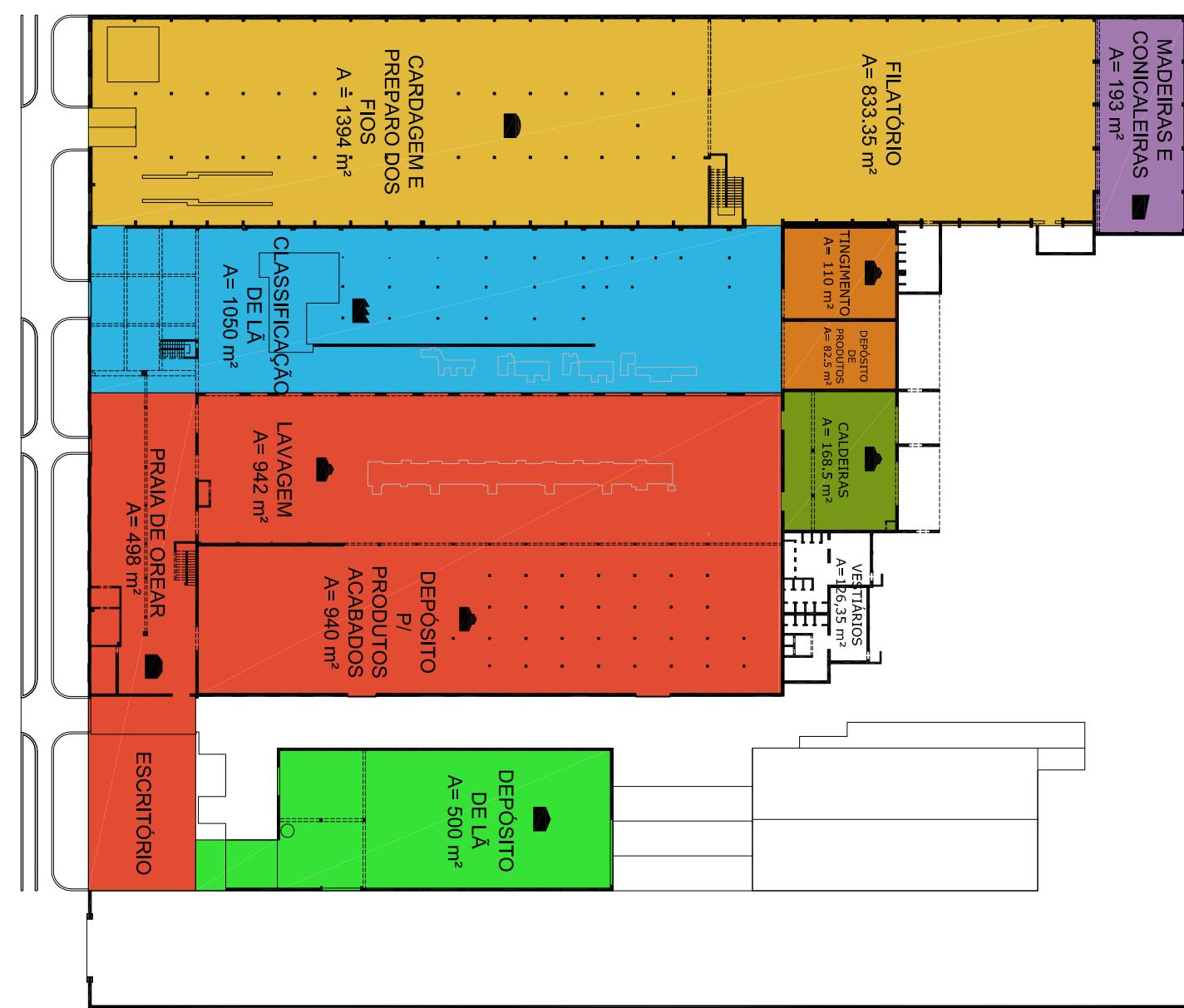
conhecer uma nova perspectiva do património industrial.

Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003

[Tradução da responsabilidade da APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial.]

7. APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Planta de análise comparativa da cronologia das edificações.....106



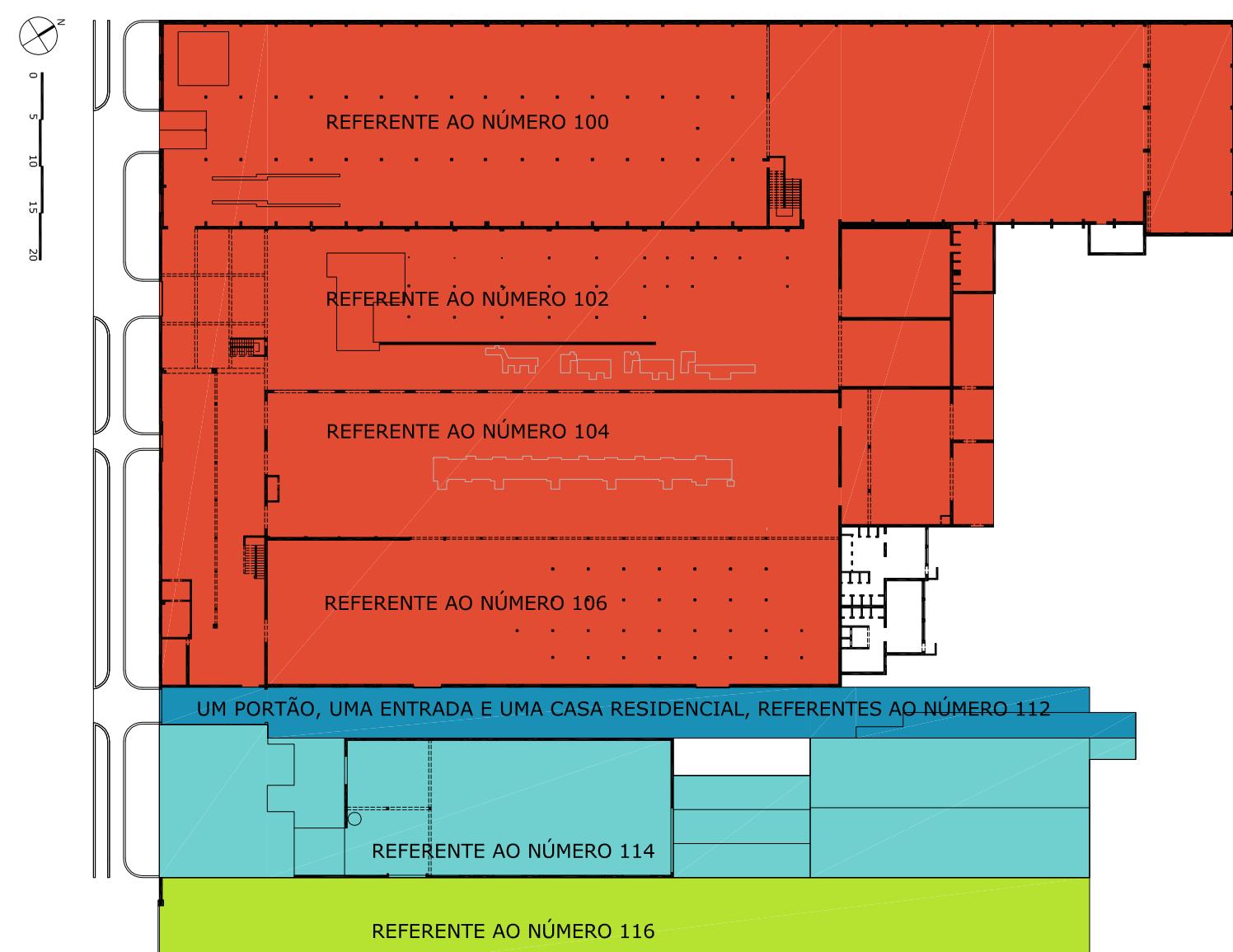
CRONOLOGIA DA EDIFICAÇÃO - Levantamento realizado pela UFPel para desenvolvimento do projeto de reutilização do prédio.

CRONOLOGIA DA EDIFICAÇÃO (data da construção)

1949 1956 1964 1967 1972 1973 1976

TIPOS DE COBERTURAS EXISTENTES

- lanternin
- cobertura de quatro águas
- cobertura em shed
- cobertura em arco



CRONOLOGIA DA EDIFICAÇÃO - Interpretação baseada no registro de imóvel, apresentado no trabalho de Ferreira, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas, RS, UFPel. Projeto de Pesquisa, 2011.

CRONOLOGIA DA EDIFICAÇÃO (data da compra do imóvel)

1949 1953 (janeiro) 1953 (dezembro) 1972

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PÓS GRADUAÇÃO EM ARTES - ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU

**Projeto de Pesquisa: Friches Industriais Pelotenses,
Conhecer para Preservar - O caso da Laneira Brasileira S.A.**